



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Filosofia - FIL

A revolução copernicana de Kant: algumas observações acerca da metafísica como ciência

Gilmar Jorge Mendes Junior

Brasília – DF
2013

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Filosofia - FIL**

**A revolução copernicana de Kant: algumas observações
acerca da metafísica como ciência**

**Monografia apresentada como requisito á
obtenção de diploma de graduação do
departamento de filosofia da
Universidade de Brasília**

Aluno: Gilmar Jorge Mendes Junior

Orientador: Alexandre Hahn

**Brasília – DF
2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Filosofia - FIL**

**Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia – FIL, da
Universidade de Brasília- UNB, como requisito á obtenção de diploma de
graduação do departamento de filosofia da Universidade de Brasília**

**A revolução copernicana de Kant: algumas observações
acerca da metafísica como ciência**

Gilmar Jorge Mendes Junior

Aprovado por:

Professor Orientador (Alexandre Hahn)

Professor (Priscila Rufinoni)

Professor

Professor

Brasília – DF
2013

Agradecimentos

Agradeço a:

A meus pais por tudo, durante o tempo da minha formação.

A minha namorada Gabriela Tavares pelo empenho em me ajudar.

Ao meu orientador, Alexandre Hahn, que muito me auxiliou e foi sempre muito sincero.

A professora Priscila Rossinetti Rufinoni e ao professor Nelson Gomes que foram os professores que mais influenciaram na minha formação.

Por fim, aos meus amigos que mesmo que indiretamente influenciaram várias vezes nas minhas decisões filosóficas.

Resumo

Esse trabalho aborda vários aspectos da metafísica de kantiana. Kant pretende promover uma verdadeira mudança no modo de pensar a metafísica, já que o contexto no qual ele escreve a *Crítica da Razão Pura* era dominado pela metafísica escolástica, que chama de dogmática. Para o filósofo a metafísica deveria deixar o campo da escuridão especulativa e se guiar pelo caminho das ciências tal como a matemática e a física.

Essa metafísica dogmática trabalhava assuntos como a liberdade da alma, a bondade de Deus entre outras neste sentido. Essa forma de trabalhar a metafísica não era capaz de responder às críticas formuladas pelos céticos. Deste modo, para Kant a metafísica deveria servir como uma propedêutica do modo de pensar e não como se fazia antes.

Para realizar de modo eficaz essa sua empreitada ele sugere algumas alterações na maneira como se fazia metafísica. Principalmente, a mudança no método e na forma como se vai ao objeto do conhecimento. A primeira é a substituição do método de análise lógica, que era praticado pelos escolásticos, para o método de análise e síntese, ou método de descoberta e prova, dos geometras gregos. Conquanto, a segunda consiste na modificação do caminho, quando se almeja o conhecimento *a priori*. Antes, trilhava-se tal via do objeto para o sujeito e, a partir da proposta kantiana, o percurso deve ser feito do sujeito para o objeto. Com esta mudança de caminho, consolida-se algo semelhante à revolução de Copérnico. Antes de Copérnico, as estrelas giravam ao redor do homem, inclusive o Sol, e depois dele ocorre o inverso.

Depois dessas primeiras considerações, ainda são necessários alguns pontos a fim de estabelecer a metafísica enquanto ciência. O principal deles é que, já que seu conteúdo é absolutamente *a priori*, ela deve operar sempre segundo juízos sintéticos *a priori*. Então, para responder a pergunta de como é possível a metafísica enquanto ciência, ele deve antes responder como são possíveis juízos sintéticos *a priori*.

Portanto, são apresentados vários dos conceitos que constituem a metafísica Kantiana, a fim de mostrar a resposta de Kant às questões acima citadas. Conceitos como: os princípios do entendimento puro; a faculdade de julgar; as intuições puras; os conceitos puros do entendimento; e a lógica transcendental.

Abstract

This work discusses various aspects of Kantian metaphysics. Kant seeks to promote a real change in way metaphysics was thought, since the context in which he wrote the Critique of the Pure Reason was dominated by scholastic metaphysics, which calls dogmatic. For the philosopher, metaphysics should leave the field of speculative darkness and walks guided by science such as mathematics and physics.

This dogmatic metaphysics worked issues as freedom of the soul, the goodness of God and others subjects like that. This way of working metaphysics was not able to respond to criticisms made by skeptics. Thus, for Kant's metaphysics should serve as a propaedeutic of the way of thinking and not like it was done before.

To effectively accomplish his enterprise, he suggests some changes to the way it was done metaphysics. Mostly, the change in the method and how someone goes to the object of knowledge. The first is the replacement of the method of logical analysis, which was practiced by the Scholastics, to the method of analysis and synthesis, or method of discovery and proof of the Greek geometers. While the second consists in the modification of the road, when you crave *a priori* knowledge. Before, trailed up such a route from the object to the subject, and after the Kantian proposal, the route should be made from the subject to the object. With this change of route, consolidates up something similar to the Copernican revolution. Before Copernicus, the stars revolved around the man, including the sun, and after him the opposite occurs.

After these first reflection, some points are still needed to establish metaphysics as a science. The main one is that, since its content is absolutely *a priori*, it must always operate second synthetic judgments *a priori*. So, to answer the question of how it is possible the metaphysics as a science, it must meet before answer how synthetic judgments *a priori* are possible.

Therefore, there are shown several of the concepts that constitute the metaphysics of Kant, in order to show the Kantian answer to the questions mentioned above. Concepts such as the principles of the pure understanding, the faculty of judging, the pure intuitions, pure concepts of the understanding, and transcendental logic.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. IMPORTÂNCIA DA METAFÍSICA	10
2.1 MÉTODO DE ANÁLISE LÓGICA (JUSTIFICAÇÃO) X MÉTODO DE ANÁLISE E SÍNTESE DOS GEÔMETRAS GREGOS (DESCOBERTA E JUSTIFICAÇÃO OU PROVA)	16
2.2 CRÍTICA DOS CÉTICOS	17
3. UMA CIÊNCIA QUE DÊ TODAS AS DIRETRIZES DE UM CONHECIMENTO A <i>PRIORI</i>	19
4. INTUIÇÕES	24
4.1 ESPAÇO	26
4.2 TEMPO	27
4.3 RELAÇÃO DE ESPAÇO E TEMPO	28
5. CONSIDERAÇÃO A RESPEITO DA LÓGICA	31
6. CONCEITOS DO ENTENDIMENTO	33
7. DAS DEDUÇÕES	38
7.1 JUSTIFICAÇÃO DAS DEDUÇÕES	38
7.2 O QUE PERMITE O USO DAS CATEGORIAS	40
8. FACULDADE DE JULGAR	45
9. PRINCÍPIOS DO ENTENDIMENTO PURO	46
10. CONCLUSÃO	54
BIBLIOGRAFIA	56

1. Introdução

No presente trabalho pretende-se desenvolver o problema de Kant de “como é possível a metafísica como ciência”. A questão é explicitamente tratada no prefácio da primeira e da segunda edição da *Crítica da razão pura*. Com efeito, a proposta para a solução do questionamento perpassa o entendimento de vários conceitos apresentados pelo autor no decorrer da crítica, como intuições e princípios do entendimento, que, posteriormente, ocuparão de base sólida para a construção de uma metafísica objetivamente científica e com conteúdo.

A revolução de Copérnico se deu ao passo que a ciência da natureza parou de entender a terra como centro, passando a procurar os movimentos observados não nos objetos celestes, mas no seu espectador. Paralelamente, ao dirigir seus esforços para uma mudança de visão e metodológica da metafísica, assim como Copérnico Kant acredita que a metafísica deveria se ocupar de como entendemos os fenômenos e não da coisa em si, como era feito. Constitui este o paralelo que concede título ao trabalho.

Como alicerce fundamental desta investigação, encontra-se a *Crítica da Razão Pura*, na qual são desenvolvidos muitos dos conceitos basilares para a resposta almejada. Apoia-se também em reflexões contidas em *Prolegômenos*, além dos consagrados comentadores do filósofo alemão.

A sistemática consiste em, inicialmente, expor de forma sintética e direta a situação da metafísica que motivou Kant compor a crítica, para, no segundo momento, evidenciar os seus equívocos e inconsistências, deixando claras as críticas a que estava exposta. A partir disso, apresenta-se a solução metodológica.

No segundo capítulo, compreende o início dos conceitos epistemológicos para fundamentar uma ciência rigorosa, assim como aprofunda-se as discussões que justificavam a crítica contra a metafísica escolástica. A partir deste ponto, objetiva-se fundamentar as afirmações feitas por Kant para fundamentar a metafísica.

Adiante, são tratadas as intuições da forma como propostas por Kant, diferenciadas as puras e empíricas. O enfoque é dado às intuições puras (tempo e espaço), a fim de compreender como se articula a sistemática kantiana. Ademais, explora-se a contraposição da lógica geral, comumente conhecida como lógica

clássica, e a lógica transcendental, subjacente á Crítica. Posteriormente, adentra-se nos conceitos puros do entendimento, apresentando-os e, ainda, tratando das sua relação com a lógica geral por intermédio das tábuas das categorias e a das funções lógicas.

A demonstração dos conceitos supracitados mostra-se insuficiente para responder as demandas do problema proposto, portanto, faz-se mister estabelecer o que permite o uso dos conceitos puros do entendimento. Algumas questões estão subjacentes a esta discussão, como o motivo de serem necessários, a garantia de seu carácter apodítico, as deduções – e, aqui, não se tratam de deduções estritamente matemáticas; etc. Ainda, remanesce a questão da faculdade de julgar a fim de estabilizar os princípios puros do entendimento. Tendo em vista o carácter transcendental da faculdade de julgar, segundo condições gerais da lógica, é esta a responsável pela permissão de se utilizar dos conceitos puros do entendimento em juízos sintéticos.

Por fim, ao tratar dos princípios do entendimento puro propriamente ditos, perfaz-se o exame de formas de entendimento e, em que medida, devem ser entendidas como experiência possível. A tábua decorrente é útil na apresentação dos princípios fundamentais do entendimento puro.

Após a compreensão de cada um destes assuntos, arremata-se que do esforço realizado por Kant em empregar um novo método à metafísica e um foco diferente possibilitou uma verdadeira revolução na forma como se trabalha com a metafísica.

2. Importância da metafísica

O homem sempre fez metafísica e, provavelmente, sempre a fará. Impelido pela sua natureza questionadora, inevitavelmente, depara-se com questões as quais não podem ser resolvidas satisfatoriamente por intermédio das ciências tradicionais – que trabalham com a experiência; problemas que não podem ser solucionados pelo uso empírico da razão nem tampouco por princípios derivados da experiência. Assim, em todos os homens, e desde que neles a razão ascenda à especulação, sempre houve e continuará a haver uma metafísica¹.

Com efeito, o papel da metafísica, segundo Kant, seria o de mediadora e base na qual todas as outras ciências poderiam e deveriam olhar. Este fato ocorre dada a importância do seu objeto de estudo. Contudo o que o acontece é que, na época que precede a Crítica de Kant, a metafísica encontrava-se imersa em caos e escuridão, por mais que, por vezes, surgissem lampejos de luz². Disto resulta não só a pouca confiabilidade da metafísica, mas também uma incerteza recorrendo ao seu redor.

Neste contexto, a metafísica era dominada pelos dogmáticos, como independente, ou seja, não observavam quaisquer leis. Aqui a metafísica era utilizada para articular assuntos como Deus e a liberdade da vontade – dentre outros tópicos – com total autoridade e nenhuma responsabilidade. Um exemplo que Kant na Crítica dos dogmáticos é a prova da existência de Deus por meio do conceito de um ente soberanamente real (a partir da contingência do que é mutável e da necessidade de um primeiro motor)³.

Havia também, em menor quantidade, os céticos, que negavam totalmente o papel da metafísica enquanto ciência e, por vezes, colocavam em dúvida sua capacidade de representar algo útil à razão. Percebe-se que até mesmo os céticos eram, à sua maneira, dogmáticos. Havia, ainda, um terceiro grupo: os “indiferentistas”, que aceitavam as pretensões não empíricas da metafísica, mas recusavam fielmente qualquer “governo” referente aos mesmos.

Outras ciências já trilhavam o caminho pelo qual a metafísica deveria guiar-se. O desenvolvimento dessas áreas do conhecimento, para as quais Kant dá o título de ciências, por vezes, demandou muito trabalho e tempo. A matemática, por

¹KrV B 22

² Kant sugere em alguns momentos que autores como Locke tenham feito em alguma parte dos seus trabalhos tenham feito boa metafísica (segundo seus moldes)

³KrV B 32

exemplo, teve sua grande mudança ao passo que descobriu que não tinha que seguir diretamente todo o que via nas figuras para conhecer suas propriedades, ela deveria produzir mediante o que pensava e representava a priori, ou seja, parou de ser guiada pelos objetos, por mais que as representações criadas a priori devessem corresponder a eles.

Para o filósofo o nosso conhecimento, sobretudo a metafísica dogmática, era regulado pelos objetos, então todas as tentativas de descobrir algo a priori que ampliasse nosso conhecimento se dava desta forma. Para Kant, a exemplo da matemática, o objeto é que deveria se regular pelo nosso conhecimento, com o intuito de um conhecimento *a priori* desses objetos. Trata-se aqui de uma semelhança com Copérnico que promoveu uma mudança no modo de pensar, até antes dele se admitia que toda a multidão de estrelas se movia em torno do espectador, e ele daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis⁴.

As áreas que adquirem o status de ciências o fazem devido a algumas características, entre elas: o método sistemático de que se valem, assim como a física cujo jeito de trabalhar encontrou um bom método⁵; a delimitação, tal qual a lógica ao determinar rigorosamente seus limites⁶; aos princípios, e isto significa dizer estar vinculado à compreensão de que a razão tem de “tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações, em vez de se deixar guiar por esta”⁷; e, por fim, ao caráter construtivo, da mesma forma que a lógica não recuou um passo para trás desde os tempos remotos⁸. Tendo em vista os elementos elencados, bons exemplos de ciências são: a matemática e a física, sendo importante ressaltar o caráter construtivo que ambas assumem. Ainda, outro bom exemplo de ciência, que segue por um caminho seguro, é a lógica, tal com apresentado por Kant:

Pode reconhecer-se que a lógica, desde remotos tempos, seguiu a via segura, pelo fato de, desde Aristóteles, não ter dado um passo atrás, a não ser que se leve à conta de aperfeiçoamento a abolição de algumas subtilezas desnecessárias ou a determinação mais nítida do seu conteúdo, coisa que mais diz respeito à elegância que à certeza da ciência. Também é digno de nota que não tenha até hoje progredido, parecendo, por conseguinte, acabada e perfeita, tanto quanto se nos pode afigurar. [...] os

⁴KrV B 12

⁵KrV B 11-13

⁶KrV B 8-10

⁷KrV B 13

⁸KrV B 8

limites da lógica estão rigorosamente determinados por se tratar de uma ciência que apenas expõe minuciosamente e demonstra rigorosamente as regras formais de todo o pensamento.⁹

As ciências, ao menos a princípio, devem poder ponderar sobre o mundo, e falar dele e só quanto a forma, embora, necessariamente, devem ser verdade enquanto forma, como o faz a física. Entretanto, a lógica, para Kant, não se limita a falar de pormenores do seu próprio conteúdo, como afirmam os críticos modernos da lógica, ela não representa, meramente, uma linguagem estrito senso. Kant defende que a lógica é capaz de expor minuciosamente e demonstrar rigorosamente as regras formais de todo o pensamento de maneira *a priori*.

A partir destas considerações, Kant pretende restaurar a cientificidade da metafísica. A proposta dele se cristaliza em uma crítica da razão, uma vez que nem os dogmáticos, tampouco os céticos criticaram a própria faculdade da razão e, portanto, trataram a metafísica de maneira inadequada. Tendo por finalidade estabelecer os conhecimentos que a metafísica pode aspirar conhecer, independente da experiência, a crítica resta necessária para a consolidação da metafísica como ciência.

Este conhecimento, para ser científico, deve partir sempre da determinação seus objetos *a priori* para, em um segundo momento, ater-se às representações empíricas. As ciências devem partir de regras e princípios únicos e imutáveis, os quais não podem ser derivados da experiência – ainda que, em alguns casos, muitas das curiosidades nasçam da observação, a fim de descrever a natureza e possibilitar previsões e deduções. Em face do objeto proposto, a crítica proposta deve dirigir seu olhar às faculdades da razão geral. É evidente que ela não pode se pautar pela experiência, mas definir suas diretrizes a partir de princípios.

A matemática e a física são os dois conhecimentos teóricos da razão que avançam por um caminho seguro por determinarem *a priori* seus objetos. A matemática o faz de maneira completamente pura, conquanto a física, de maneira parcial. A segunda, por definição e diante das demandas de seu objeto, lida com representações empíricas em momentos apropriados, utilizando-se por imperativo de outras formas que não as da razão pura.

Com efeito, a crítica formulada por Kant se deve, em grande medida, a uma carência de fundamentação *a priori* compartilhada até mesmo pela matemática

⁹KrV B 8

e a física. As previsões que a emergente ciência possibilitava eram impressionantes, sobretudo após a “matematização” realizada por Galileu posteriormente continuada por Newton e vários outros, propondo um realismo científico contendo argumentos muito fortes, mas que, ainda assim, encontravam-se muito suscetível às inúmeras críticas de antirrealistas, como Hume, como será exposto à frente.

Então, a exemplo da revolução científica que ocorreu na matemática e na física, Kant propõe uma mudança de método para a metafísica tradicional. O nosso conhecimento foi regulado pelos objetos e, diferente da metafísica tradicional, a filosofia transcendental, formulada por Kant, não mais deve se ocupar de objetos, e sim apenas das condições de possibilidade de se conhecer *a priori* tais objetos. Dessa maneira, seguindo o caminho inverso, o conhecimento metafísico não mais deve ser regulado pelos objetos, ao invés disso, os objetos é que passam a se regular pelo nosso conhecimento¹⁰.

Assim a crítica enfoca a alteração de método da metafísica, não só quanto aos objetos, mas também quanto à descrição de seus contornos e limites e, ainda, toda sua estrutura interna, formando um sistema capaz de oferecer as diretrizes totais da metafísica. Essa crítica tem o dever de resposta ou o caminho a para a resposta de qualquer problema metafísico. Assim deve-se distanciar de toda a matéria e da experiência, a exemplo da lógica clássica, ocupando-se unicamente com a razão e pensar puro.

Na metafísica, mesmo considerada apenas como uma ciência até agora simplesmente em esboço, mas que a natureza da razão humana torna indispensável, deve haver juízos sintéticos a priori; por isso, de modo algum se trata nessa ciência de simplesmente decompor os conceitos, que formamos a priori acerca das coisas, para os explicar analiticamente; o que pretendemos, pelo contrário, é alargar o nosso conhecimento a priori, para o que temos de nos servir de princípios capazes de acrescentar ao conceito dado alguma coisa que nele não estava contida e, mediante juízos sintéticos a priori, chegar tão longe que nem a própria experiência nos possa acompanhar. Isso ocorre, por exemplo, na proposição: o mundo tem de ter um primeiro começo, etc. Assim, a metafísica, pelo menos em relação aos seus fins, consiste em puras proposições sintéticas a priori.¹¹

Espaço e tempo são formas da intuição sensível, assim sendo são condições para a existência de ocorrências como fenômenos, ou seja, não são coisa em si e não possuem conceitos do entendimento. Daí decorre que não se pode alcançar o conhecimento dos objetos, enquanto coisas em si, só os conhecemos enquanto fenômeno, que nos é dado devidos as intuições (puras) de tempo e

¹⁰KrV B 6

¹¹KrV B 18

espaço. Ainda é importante enfatizar que devemos poder pensar nos objetos, por mais que não se possa alcançá-los enquanto objetos em si. Segundo a teoria kantiana, tempo e espaço são formas puras da intuição que pertencem às capacidades cognitivas, e não entidades existentes independentes por si só, como sugerem os realistas. A partir desta concepção de tempo e espaço que é possível explicar os conhecimentos sintéticos *a priori* encontrados nas geometrias e na matemática.

Dentro dessa perspectiva kantiana, toda a apreensão do saber, isto é, do conhecimento, acontece por uma síntese. O enfoque da crítica busca averiguar de que maneira esta síntese é realizada nas situações em que produz um saber válido objetivamente. Caso o conhecimento derivado da operação de síntese, realizada pela faculdade da razão, tenha sido influenciado ou determinado pela experiência, ocorre a síntese *a posteriori*. Os exemplos clássicos dessa síntese repousam nas ciências experimentais, como a física. Entretanto, caso este conhecimento derive de um raciocínio exclusivamente racional, ocorre uma síntese *a priori*. No segundo caso, exemplifica-se a partir de ciências puramente teóricas, como a matemática, cujas bases repousam em ligações conceituais independentes da experiência.

A partir desses pressupostos, conclui-se que a principal fonte de erro da metafísica tradicional era quanto ao método empregado. A metafísica tradicional consiste na imitação do método axiomático dos matemáticos, contudo a filosofia, diferente da matemática, tem um meio muito particular de escolher seus princípios, que sempre devem ser dados *a priori*. Segundo o filósofo, o correto seria imitar os cientistas da natureza e não os matemáticos. O método que os filósofos devem se valer, assim como os cientistas da natureza, é o de análise e síntese já conhecido desde os gregos. Esse método combinado de análise e síntese, também chamado de método de descoberta e prova, consiste em três momentos, no primeiro o problema é localizado e atestado como solucionável, no segundo momento (análise) é procurada a construção legítima que possa chegar a uma solução, e, por fim, o terceiro momento constrói o objeto desejado e prova a legitimidade da construção.

Exemplificando melhor seria o seguinte: a questão é proposta e atestada como supostamente verdadeira e a coisa na qual a questão deva existir (significa que exemplificamos a proposição construindo), ou, ao menos, indica-se um caso no qual ela se aplique. No segundo momento, ou na primeira parte – chamada análise – se inicia a transformação, que consiste na procura de dois tipos de antecedentes: o

primeiro tipo são as premissas das quais a questão em exame possa ser deduzida, já no segundo tipo se procura por construções e dados legítimos que possam construir o material necessário para a questão inicial que tramamos. Por fim, da análise é feita a resolução, a qual também é constituída de dois momentos: no primeiro é provada a verdade das premissas, no segundo atestada a legitimidade de construções feitas durante a transformação. O terceiro momento, na segunda parte do método – chamado síntese – a exemplos de alguns anteriores, também consiste em dois movimentos: no primeiro movimento constrói-se a figura que exemplifica a questão conjecturada, sempre a partir de construções legítimas, e, no segundo movimento, é provada a questão inicial a partir das premissas obtidas na análise, levando em conta a construções feitas na síntese.

Esse é método heurístico de Pappus de análise e prova imitada por Newton e Kant. Constitui um método clássico e encontra-se na edição de Elementos de Euclides, que exemplifica:

Ora, a análise é o caminho a partir do qual é buscado - tomado como se estivesse admitido – passando ordenadamente por suas consequências ate algo admitido a síntese. Pois na análise nós tomamos como já feito aquilo que se está buscando, e indagamos de que ele resulta; e, de novo, qual é o antecedente deste último, até que, em nosso caminho para trás, deparemos com algo já conhecido e que é o primeiro da ordem. E denominamos esse método análise, por ser uma solução para trás. Na síntese, por outro lado, tomamos como já feito aquilo que foi alcançado por último na análise, e, arranjando em sua ordem natural como consequências aqueles que antes eram os antecedentes e ligando-os uns nos outros, chegamos por fim á construção da coisa buscada. E isso é síntese. Ora, na análise é de duas espécies. A primeira busca a verdade, sendo denominada teoria. A outra serve para realizar o que se desejava fazer, e é denominada problemática. Na espécie teórica, tomamos a coisa buscada como existindo e como sendo verdadeira, e passamos ordenadamente através das suas consequências, como se essas fossem verdadeiras e existindo por hipótese, até algo admitido; então, se aquilo que é admitido for verdadeiro, a coisa buscada é verdadeira, também, e a prova será o reverso da análise. Mas se chegamos a algo que é falso admitir, a coisa buscada será falsa também. Na espécie problemática, tomamos a coisa desejada como conhecida, e passamos então ordenadamente através de suas consequências, como se essas fossem verdadeiras, até algo admitido. Se a coisa admitida é possível ou pode ser feita, isto é, se ela for o que os matemáticos chamam de dado, a coisa desejada seja também possível. A prova será, de novo, o reverso da análise. Mas se chegamos a algo que é impossível admitir, o problema também será impossível.¹²

Algumas observações a mais são necessárias para se entender como foi dada a recepção desse método por Kant. Primeiro, a transformação é um

¹²HINTIKKA, Jaakko; REMES, Unto. **The method of analysis: its geometrical origin and its general significance**. Springer, 1974, pag 8-10

movimento ascendente que procura premissas legítimas a partir das quais a proposição inicial pode ser deduzida, mas não necessariamente os primeiros princípios são absolutamente evidentes. Segundo, existem modos diferentes de executar esse movimento, pode-se deduzir premissas a partir da proposição inicial e construir dados a partir da construção inicial, mas, nesse caso, supondo a reversibilidade do processo de análise e síntese, e o método conta com a técnica de *reductio ad absurdum* (redução ao absurdo). Terceiro, o processo de transformação envolve tanto dedução como construção, deve-se falar em sentido proposicional e constitucional de análise. Quarto, as construções envolvidas na transformação e na síntese propriamente dita são chamadas tradicionalmente de “construções auxiliares”¹³.

Uma propriedade fundamental do método de análise síntese, tal como foi descrito por Pappus e adotado com suas particularidades por Kant, é que ele só pode ser aplicado a objetos fenomênicos, ou seja, só é passível de aplicação a objetos na medida em que eles são produto do nosso aparelho cognitivo e, assim sendo, têm suas limitações. Isso significa dizer que, nesse contexto, não se pode trabalhar com coisas em si mesmas.

Dessa forma, Kant tem o projeto de abandonar o modo como até então era feita a metafísica, sendo que a principal mudança é dada no método. Ora, essa mudança é mais que necessária já que o modo tradicional não respondia com eficácia às críticas que recebia.

2.1 Método de análise lógica (justificação) X Método de análise e síntese dos geômetras gregos (descoberta e justificação ou prova)

Ainda que alguns pontos que serão apresentados nesse momento tenham sido comentados anteriormente, serão ressaltados a fim de torná-los mais claros e possibilitando a compreensão do todo. Sob um olhar pouco criterioso, é possível considerar o método desenvolvido por Kant, em grande medida, próximo ao método lógico (matemático) que o precede. Entretanto, é essencial evidenciar as

¹³LOPARIC, Zeljko. **Semântica transcendental de kant(a)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 326p. (Colecao cle, 29). Pag 38

discrepâncias destes e, para além, trazer à tona as utilidades do modo de organização do discurso proposto pelo filósofo.

Com efeito, os problemas identificados por Kant na metafísica derivavam de aplicação de métodos inadequados para se conhecê-la. Os filósofos, nesse sentir, importavam irresponsavelmente o método axiomático, característico da matemática, e o empregavam à metafísica. As divergências identificadas por Kant entre tais métodos encontram-se nos escritos pré-críticos e remanescem nos escritos críticos.

Em matemática, há uma quantidade reduzida de elementos primitivos, conquanto, em se tratando de metafísica, este valor é maior e determinado. Em filosofia, não há arbítrio nas definições, estas partem do exame de conceitos *a priori* de forma não sistemática. Por outro lado, a matemática parte de conceitos arbitrários que antecedem os demais axiomas. Por fim, a operação da qual deriva-se provas em ambas trabalha com elementos distintos: a matemática opera mediante signos, ao passo que a filosofia se preocupa com operações discursivas que versam sobre proposições e conceitos abstratos. (LOPARIC; 2000, p. 33-34)

Parece adequado à filosofia não aquilo que é importado da lógica, mas o método newtoniano – aquele aplicado às ciências naturais. Na perspectiva proposta, o método deriva sua regra de determinado fenômeno, utilizando-se da lógica quando lhe é útil. Portanto, segundo Kant, na analítica dos princípios, do fenômeno é possível extrair as leis que regem sua ocorrência. Deste paralelo, cristaliza-se o método de análise e síntese.

2.2 Crítica dos céticos

Como exposto anteriormente, a metafísica da época de Kant enfrentava diversas críticas, e não conseguia cumprir sua função diante da nascente ciência. O projeto de Kant nasce então, em grande medida, como uma tentativa de responder as inúmeras questões que eram postas. Várias dessas **questões** foram respondidas com uma ligeira facilidade, mas algumas demandam uma complexa explanação e algumas, mesmo depois da metafísica de Kant, ainda demandam atenção – sobretudo as questões antirrealistas que nascem com o ensaio de Hume.

A metafísica tradicional (medieval) é normalmente associada ao dogmatismo, mas se põe uma pergunta: por quê? Uma resposta simples seria: por não se questionar nunca, nem quanto ao método, nem quanto à prova, nem quanto a lógica subjacente ao próprio sistema. A metafísica tradicional é fortemente influenciada pela lógica aristotélica, sendo que ela pode praticamente se associar a esta lógica.

Ora, a lógica é sistema que prova seus teoremas com a exatidão da matemática, ou seja, que alcança provas infalíveis, contudo para que seja tão precisa é necessário que abstraia de todo conteúdo. A lógica tem total exatidão quando trata dos seus símbolos e das suas regras, entretanto, quando incorporados conteúdos aos símbolos, a lógica perde grande parte da sua força. Todavia, a metafísica tradicional era totalmente voltada para a forma e não para o conteúdo.

Assim sendo, essa metafísica faz uma série de relações necessárias e verdadeiras, sem atentar-se para problema da causalidade que Hume apresenta, sendo esta talvez a principal crítica aos metafísicos. Em Hume, tudo o que denominamos metafísica não seria mais do que simples ilusão de um pretensão conhecimento racional daquilo que, de fato, era extraído da experiência¹⁴. Na proposição de que toda mudança tem que ter uma causa existe uma ideia de conexão necessária de causa com um efeito e, por conseguinte, uma universalidade da regra. O conceito de causalidade envolve uma conexão necessária entre causa e efeito, apesar de, como Hume mostrou, não haver nenhuma experiência, nem conjunto de experiências, nos quais resta demonstrado que essa relação seria suficiente para estabelecer mais do que uma conexão contingente.

Para melhor explorar este problema Hume, antes de Kant, divide o conhecimento em *a priori* e *a posteriori*, separando os objetos da razão em duas espécies: relações de ideias e questões de fato. Sendo lógica como matemática, física, geometria e toda afirmação que seja exclusivamente intuitiva ou demonstrativamente válida – todas pertencem às relações de ideias e, quando negadas, levam a contradição. As questões de fato formam os outros objetos da razão humana, são de forma verificáveis e o contrario de toda afirmação de fato é sempre uma frase possível, mesmo que improvável.

¹⁴KrV B 20

Para Hume todas as leis da natureza, assim como todas as operações dos corpos são apenas conhecidas pela experiência, são questões de fato, e de modo algum nosso raciocínio, por si só, vai apontar uma causa de necessidade para tal efeito na natureza. Hume leva o ceticismo ao limite, pois questiona tudo o que se chamava de ciência até então. Para Hume deve-se questionar mesmo quando se tem certeza das prováveis decorrências. Por exemplo, quando se ferve água não se tem certeza que ela irá ferver, por mais que ele próprio achasse que a água ferveria.

Ainda segundo Hume, quando se é feita uma experiência com um determinado objeto, pode-se admitir que da experiência se obtenham informações certas e diretas, mas que essas informações são apenas sobre aqueles objetos específicos e naquele período de tempo. Sendo que não terão necessariamente o mesmo resultado com objetos similares no futuro, e sequer é necessário o mesmo resultado com os mesmo objetos em outra experiência igual. Mesmo a frase “se coloco a água no congelador ela irá congelar” é posta em dúvida, Hegel dirá posteriormente que Hume fez um ceticismo absoluto. Contudo, mesmo Hume, admite que seu ceticismo advenha de um problema teórico, uma vez que quando ele mesmo coloca a água no congelador, está convencido de que ela irá congelar (anacronicamente). Kant, por sua vez, critica o ceticismo absoluto de Hume, pois ele não é capaz de perceber as relações da razão que existem mesmo na experiência, Kant discorda responde ao “problema da causalidade”.

3. Uma ciência que dê todas as diretrizes de um conhecimento *a priori*

Dadas as críticas apresentadas e o modelo metodológico que, segundo Kant, faz-se necessário, ele começa a construir as bases de uma ciência (metafísica) que possa ser capaz de tratar, com eficácia e rigor devidos, de todo o conhecimento *a priori*, bem como determinar: sua possibilidade enquanto conhecimento fático, os seus princípios e até onde pode se estender. Essas considerações se fazem mais que necessárias, uma vez que resta claro que existam conhecimentos os quais escapam aos limites de todas as experiências possíveis. Esta ciência não pode ser construída segundo a experiência, pois seu objeto se eleva acima do mundo sensível, seu objeto é inevitável aos questionamentos da razão humana e, por isso, não devem ser menosprezados. O processo de construção dessa ciência deve ser

cauteloso e atencioso, pois uma contradição implicaria em um sério dano a estrutura do projeto. Entretanto, da mesma maneira que a matemática oferece-nos um exemplo brilhante do quanto é possível alcançar em termos de conhecimento *a priori*, independente da experiência¹⁵, ainda que sua natureza seja completamente diferente, é possível aspirar ao mesmo objetivo.

Os céticos derivam todo o conhecimento da experiência. Mesmo que todo conhecimento advenha da experiência, daí decorre a possível contingência, ou seja, a não necessidade de ao menos um conhecimento. Contudo Kant acredita que devam ter certas leis visíveis na natureza e no conhecimento que são necessárias, mesmo que suas descobertas se deem com o auxílio da experiência.

Kant enuncia logo no início da introdução da Crítica que “todo o nosso conhecimento começa com a experiência”, o que não significa dizer que todo ele se origina na experiência, ou que dela dependa. Essa afirmação deve ser entendida em virtude do despertar da possibilidade de conhecimento e consonante a seguinte afirmação:

Grande parte da atividade da nossa razão consiste precisamente nesse trabalho de análise de conceitos que já possuímos das coisas. Com estes juízos explicita-se o já implicitamente sabido, mas não se criam conhecimentos novos. São, contudo *a priori*. Mas um saber autêntico não se pode procurar neste tipo de juízos. O *a priori* que se busca diz respeito à estrutura do sujeito, a qual torna possível a experiência.¹⁶

Isso porque as formas *a priori* do conhecimento, ou seja, o modo como nos relacionamos com o que é externo ao indivíduo, estão sempre presentes na determinação de qualquer objeto. Grosso modo, só existe nos conceitos *a priori* aquilo que é posto, enquanto sujeito pensante, pela cognição.

Todo o conhecimento começa pela experiência, já que não há outra forma de conhecer senão pelo estímulo dos sentidos. Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início¹⁷. Assim, já que segundo Kant nem todo conhecimento deriva da experiência, se há um conhecimento independente da experiência e todas as impressões dos sentidos, este seria um conhecimento *a priori*, que distingue do empírico, cuja origem é a experiência (*a posteriori*).

¹⁵KrV A5

¹⁶Prefácio da primeira edição da crítica, PG 12

¹⁷KrV B 1

Kant tenta, até este momento, deixar mais precisa sua concepção que diferencia entre conhecimento puro, empírico e *a priori*. Ele busca a segurança obtida com Descartes; que, entretanto, utilizou-se de Deus como garantia. O sistema kantiano busca outro critério, sobretudo depois das críticas feitas por Hume às ideias escolásticas, que incluiu Deus como suporte do sistema. O conhecimento puro é aquele ao qual nada da experiência está relacionado, o conhecimento *a priori* é quando não depende da experiência para ser conhecido e o empírico decorre diretamente da experiência. Assim, todo conhecimento puro é *a priori*, pois não mantém relação com a experiência. Nem todo conhecimento *a priori* é puro, como no exemplifica Kant, toda a mudança tem uma causa, é uma proposição *a priori*, mas não é pura, porque a mudança é um conceito que só pode extrair-se da experiência¹⁸, então por juízos *a priori* se algo que depende da experiência, mas que a sua forma de verificação é dada de forma absolutamente independente de toda e qualquer experiência¹⁹.

Necessidade e universalidade rigorosa são seguras características de um conhecimento *a priori*, caso se encontre uma proposição que apenas se possa pensar como necessária estamos em presença de um juízo *a priori*²⁰. Já ao tratar dos juízos exclusivamente extraídos da empiria Kant concorda com Hume ao dizer que jamais deve ser concedida universalidade verdadeira e rigorosa, enquanto na realidade existe uma suposta universalidade por comparação (por indução), a universalidade empírica é, assim, uma extensão arbitrária da validade, em que se transfere para a totalidade dos casos a validade da maioria²¹. Necessidade e universalidade rigorosa são, portanto, seguras características de um juízo *a priorie* também pertencem inseparavelmente um ao outro.

Com efeito, discordando de Hume, o verdadeiro conhecimento científico é constituído fundamentalmente de juízos universais e necessários que não sejam meramente analíticos, e são essencialmente metafísicos. Pois aonde iria a experiência buscar a certeza de suas regras, segundo as quais ela própria caminha, caso fossem continuamente empíricas e, portanto, contingentes? Podemos-nos bastar com ter exposto, a título de fato, juntamente com os seus critérios, o uso puro

¹⁸KrV B 3

¹⁹KrV B 3

²⁰KrV B 4

²¹KrV B 5

da nossa capacidade de conhecer²². Antes de progredir o autor precisa refinar a distinção entre juízos analíticos e juízos a sintéticos.

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (apenas considero os juízos afirmativos, porque é fácil depois a aplicação aos negativos), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo, sintético.²³

Juízos analíticos são aqueles em que a ligação do sujeito com o predicado pode ser feita por identidade; ou seja, de um juízo analítico nada de novo se descobre, pois o predicado está contido no sujeito mesmo que oculta, por exemplo, $p \vee \neg p$ (p ou não p), ou $a = a$ são frases analíticas. Já nos juízos sintéticos o predicado sempre tem algo de novo a oferecer ao sujeito, do mesmo modo que não se pode de modo algum se extrair o predicado.

Kant afirma, no capítulo V da introdução da Crítica da razão pura, que todas as ciências teóricas da razão devem ter conteúdos, como princípio, juízos sintéticos *a priori*²⁴. Desta forma, Kant defende que a matemática, assim como a Geometria e qualquer outra ciência teórica da razão, é repleta de juízos sintéticos *a priori*. Uma proposição é conhecida *a priori* quando dela não depende qualquer tipo de conteúdo específico da experiência, mesmo que o conhecimento da mesma comece pela experiência, quando qualquer experiência que seria suficiente para permitir aceitar a proposição poderia ser também suficiente para nos dar o conhecimento de sua verdade²⁵.

Na proposição $5 + 7 = 12$ de nenhuma forma alguma se pode inferir de 7 ou 5 ou de sua soma o número natural 12, da mesma forma não se poderia inferir de 12 a soma dos números naturais 5 e 7. Da mesma forma, na Geometria quando se diz que a distância entre dois pontos é uma reta é impossível inferir o sujeito do predicado ou mesmo o predicado do sujeito. Contudo em ambos os casos é notável a necessidade e universalidade em todos os casos que 5 somado a 7 seja igual a 12 ou que a menor distância entre dois pontos seja uma reta. Portanto são necessários, mas não analíticos.

²²KrV B 6

²³KrV B 9/ B 10

²⁴KrV A 10/ B 14

²⁵ Wood, Allen W. **Kant**. Tradução Delamar José Volpado Dutra. – Porto Alegre: Artmed, 2008. P. 44

A fim de se entender melhor essa explanação é preciso compreender o conceito de juízo e síntese. Para Kant, juízos são:

O juízo é, pois, o conhecimento mediato de um objeto, portanto a representação de uma representação desse objeto. Em cada juízo há um conceito válido para diversos conceitos e que, nesta pluralidade, compreende também uma dada representação, referindo-se esta última imediatamente ao objeto. Assim, neste juízo, por exemplo, todos os corpos são divisíveis, o conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos²⁶

Enquanto o conceito de síntese pode ser entendido como:

Entendo pois por síntese, na acepção mais geral da palavra, o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento. Tal síntese é pura quando o diverso não é dado empiricamente, mas a priori (como o que é dado no espaço e no tempo). Antes de toda a análise das nossas representações, têm estas de ser dadas primeiramente e nenhum conceito pode ser de origem analítica quanto ao conteúdo. Porém, a síntese de um diverso (seja dado empiricamente ou a priori) produz primeiro um conhecimento, que pode aliás de início ser ainda grosseiro e confuso e portanto carecer da análise; no entanto, é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo; é pois a ela que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento.²⁷

Kant atesta a validade da metafísica enquanto ciência, procurando o seu caráter de cientificidade diante do seu atual quadro, assim, como outras ciências teóricas da razão, devem ter contidos na metafísica juízos sintéticos *a priori* e não apenas desmembrando juízos analíticos, ou perder seu tempo com questões obscuras como “Deus existe”, “a liberdade da alma” e, menos ainda, dogmaticamente como um dia foi feito. Isso se dá porque a metafísica pretende aumentar o nosso conhecimento *a priori* e isso não pode se restringir ao que está contido nos próprios conceitos, ela deve ser capaz de expandir até onde a experiência não possa alcançar, sempre mediante juízos sintéticos *a priori*. Dessa forma, a metafísica, pelo menos em relação aos seus fins, consiste em puras proposições sintéticas *a priori*²⁸. A crítica da razão pretende conduzir por fim necessariamente ciência. Dadas às distinções apresentadas que são bastante claras, na época de Kant, a grande questão que ainda precisa ser suficientemente elucidada é: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*.

O ponto de partida para a fundamentação das questões, que decorrem de toda essa obra, encontra-se na redefinição e do uso dos conceitos de espaço e de

²⁶ KrV B 93

²⁷ KrV B 103 / A 78

²⁸ KrV B 18

tempo, como “condições de existência dos fenômenos”, aliada à redefinição do entendimento e de suas regras, que são seus conceitos puros, ou as categorias. Com efeito, ambos têm de agir conjuntamente, uma vez que pensamentos sem conteúdo são vazios e intuições sem conceitos são triviais. Por isso é preciso tornar sensíveis os conceitos, isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição, assim como tornar compreensíveis as intuições, isto é, submetê-las aos conceitos²⁹.

4. Intuições

A receptividade da mente, que permite a um objeto individual ser dado ao conhecimento, Kant dá o nome de intuição. O uso kantiano de “intuição” guarda identidade com o uso português atual, que remete a algo como uma descoberta. A palavra germânica *Anschauung* significa “olhar para” e a palavra latina *intuitus* (que para Kant são equivalentes) é o termo habitual usado pelos escolásticos para qualquer contato cognitivo imediato com os objetos individuais³⁰.

Todas as intuições vêm dos sentidos, que nos colocam em contato imediato com os objetos, e, por sua vez, só são verificadas na medida em que o objeto nos é dado. Ela é o fim para o qual tende, como meio, todo o pensamento³¹. Uma intuição é resultado da interação direta pelas sensações ou sensibilidade que há entre um objeto e o conhecimento, mas é o entendimento que pensa esses objetos e é dele que provêm os conceitos. Independente da forma como um conhecimento se relaciona com um objeto é pela intuição que se relaciona imediatamente com este e ela é o fim para o qual tende todo o pensamento³².

A intuição que se relaciona com o objeto por meio de sensação chama-se empírica. O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se fenômeno. Com efeito, mesmo quando é dada intuição empírica de um objeto essa intuição só revela a figura do objeto enquanto sua forma ou conceito, que não dependem diretamente da intuição empírica.

Dou o nome de matéria ao que no fenômeno corresponde à sensação; ao que, porém, possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado segundo determinadas relações dou o nome de forma do fenômeno. Uma vez que aquilo, no qual as sensações unicamente se

²⁹KrV B 76 / A 52

³⁰ Wood, Allen. Pag 49

³¹KrV B 33

³²KrV A 17/B 31

podem ordenar e adquirir determinada forma, não pode, por sua vez, ser sensação, segue-se que, se a matéria de todos os fenômenos nos é dada somente a posteriori, a sua forma deve encontrar-se a priori no espírito, pronta a aplicar-se a ela e, portanto tem que poder ser considerada independentemente de qualquer sensação.³³

Existem ainda as intuições puras(no sentido transcendental), que são todas representações nas quais não há que pertença a sensação (não há presença de matéria).Isso implica que sempre são absolutamente *a priori* – essa forma pura de sensibilidade é chamada de intuição pura. Quando, por exemplo, pego um objeto e retiro suas características sensíveis como cor, dureza, textura, etc., e ainda retiro as suas propriedades físicas como força, atração, substância, etc., só resta a extensão e a figura que pertencem a intuição pura, segue também que as características de extensão e figura só são verificáveis *a priori*. Ora, esta representação mesma exprime que todos estes fenômenos, e portanto todos os objetos com os quais podemos nos ocupar, estão em mim, isto é, são determinações do meu eu idêntico³⁴.

Na estética transcendental é onde Kant agrupa todos os princípios da sensibilidade *a priori* em contraposição à lógica transcendental que contém os princípios do pensamento puro. Reunidas devem responder à questão da possibilidade do conhecimento, que é também prioritariamente a possibilidade da metafísica³⁵. Ainda segundo Loparic, a teoria do objeto faz parte da teoria do significado e da verdade, e não do mundo ou das coisas mesma³⁶.Segundo a teoria kantiana, tempo e espaço são formas puras da intuição, e não entidades existentes independentes por si só, como em Newton. Tempo e espaço não são percepções racional objetivas, tampouco são abstrações da experiência, isso significa dizer que essa percepção não deriva nem da sensação nem do entendimento. Na investigação dos princípios da sensibilidade, Kant atesta que há duas formas puras da intuição sensível como princípios do conhecimento a priori, sendo elas: o espaço e o tempo, como princípios do conhecimento, ou seja, como um ponto de partida epistemológico.

³³KrV B 34

³⁴KrV A 129

³⁵FICHANT, Michel. "**Espaço Estético e Espaço Geométrico em Kant**". In: Analytica, volume 4, 2: 1999, pag 12

³⁶LOPARIC pag. 135

4.1 Espaço

O conceito de espaço deve ser entendido dentro de perspectiva transcendental porque espaço é um conceito considerado como princípio, a partir do qual se pode entender a possibilidade de novos conhecimentos sintéticos a priori – como é caso da geometria euclidiana, que a partir da intuição de espaço desenvolvem juízos a priori. Para este fim, precisa-se que do conceito dado decorram realmente conhecimentos dessa natureza (*a priori*) e que esses conhecimentos apenas sejam possíveis pressupondo-se um dado modo da explicação desse conceito³⁷. O espaço deve ter originariamente uma intuição ou a geometria euclidiana, por exemplo, estaria muito equivocada, já que a partir da ideia de espaço se extrai conceitos que vão além a ideia de espaço.

A intuição de espaço é anterior à percepção de qualquer objeto, ou seja, a *priori*, uma intuição pura. Uma intuição que preceda os próprios objetos e que permita determinar *a priori* o conceito destes deve se situar somente no sujeito, como forma de sentido externo em geral, essa intuição esta presente em todos os indivíduos antes que a experiência seja dada, enquanto propriedade formal.

Vale ressaltar que o espaço não representa qualquer propriedade das coisas em si, ou seja, não está presente na essência dos objetos e não é nenhuma determinação das coisas. Não se podem confundir as condições de possibilidade das coisas mesmas com as condições da sensibilidade, ou seja, se pode dizer a respeito das condições dos fenômenos que abrangem as coisas, assim o espaço abrange todas as coisas que nos possam aparecer exteriormente, mas não todas as coisas em si mesmas. Além disso, o espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos que aparecem aos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa³⁸. A constante dessa receptividade que chamamos sensibilidade é uma condição necessária de todas as relações (fenômenos) nas quais os objetos são intuídos como exteriores a nós e, quando abstraímos desses objetos, é uma intuição pura que leva o nome de espaço³⁹. Contudo, Kant ressalta que as relações são dadas, em geral, sem levar em conta as nossas limitações cognitivas, e que se pretende-se validade universal e

³⁷KrV B 41

³⁸KrV A 26 B 42

³⁹KrV A 27 B 43

irrestrita, alguns pontos devem que ser colocados, como apresenta no seguinte trecho:

Efetivamente, nada podemos ajuizar acerca das intuições de outros seres pensantes, nem saber se elas estão dependentes das condições que limitam a nossa intuição e são para nós universalmente válidas. Se acrescentarmos ao conceito do sujeito a limitação de um juízo, este juízo vale então incondicionalmente. A proposição seguinte: "todas as coisas estão justapostas no espaço" é válida com esta restrição: se forem consideradas como objetos da nossa intuição sensível. Se acrescento esta condição ao conceito e digo que "todas as coisas, enquanto fenômenos externos, estão justapostas no espaço", a regra assume validade universal e sem limitação.⁴⁰

O conceito transcendental dos fenômenos no espaço é um aviso de que nada do que é intuído no espaço refere às coisas em si, de que o espaço não é uma forma das coisas, mas que nenhum objeto em si mesmo nos é conhecido. Quando nos deparamos com objetos exteriores são apenas simples representações da nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço, mas cujo real referente, isto é, a coisa em si, não é e nem pode ser conhecida por seu intermédio, mesmo porque nenhuma determinação, quer absolutas, quer relativas, podem ser intuídas antes da existência das coisas a que convêm.

4.2 Tempo

O tempo é, simplesmente, uma condição subjetiva da nossa (humana) intuição (porque é sempre sensível, isto é, na medida em que somos afetados pelos objetos) e não é nada em si, fora do sujeito⁴¹. O tempo, assim como o espaço, não é um conceito que derive da experiência, porque não poderia sequer ser pensando simultaneidade uma sucessão de eventos sem intuição do tempo, logo não faz sentido tempo ser um conceito empírico. Por fim, a representação de tempo não pode ser outra coisa senão *a priori*. Ainda, a representação primeira do tempo é dada como ilimitada (que só pode ocorrer *a priori*) já que qualquer grandeza determinada de tempo é somente possível por limitações de um tempo único.

Quando, por exemplo, me deparo com o conceito de mudança, e com ele o conceito de movimento, este só é possível diante da representação do tempo e mediante ele próprio. Caso esta representação não seja intuição (interna) *a priori*, nenhum conceito permitiria tornar inteligível a possibilidade de uma mudança⁴². Diante dessa característica, nosso conceito do tempo explica a possibilidade de

⁴⁰KrV A 27 B 43 - B44

⁴¹KrV A 35

⁴²KrV B 49

conhecimentos sintéticos *a priori*. O tempo é uma condição subjetiva indispensável para que tenham lugar nos indivíduos todas as intuições empíricas. Assim, esta forma de intuição interna (o tempo) pode se representar anteriormente aos objetos, portanto *a priori*.

Também não há como ocorrer qualquer fenômeno sem a representação do tempo, embora seja completamente plausível pensar em fenômenos sem a presença do tempo, não há como ocorrer fenômenos, efetivamente, sem estarem subjacentes ao tempo. Contudo, não há como suprimir o tempo da razão enquanto condição geral de sua possibilidade.

O tempo não é um conceito universal, mas sim uma forma pura da intuição sensível. Tempos diferentes (reconhecidos pela sucessão de fatos) são partes de um mesmo tempo e a representação que só se dá através de um único objeto é uma intuição. Ainda, não se poderia derivar de um conceito universal a proposição segundo a qual tempos diferentes não podem ser simultâneos caso não fosse uma intuição pura e, conseqüentemente, *a priori*.

As afirmações apresentadas apontam para a realidade empírica do tempo, isto é, a validade objetiva em relação a todos os objetos que possam apresentar-se aos sentidos. E, como a nossa intuição é sensível, nunca será o caso que um objeto se encontre fora das condições do tempo. Em contrapartida, é impossível qualquer pretensão do tempo a uma realidade absoluta, porque estaria em contato com as coisas em si, e estas nunca são dadas através dos sentidos.

4.3 Relação de Espaço e Tempo

Ao estabelecer que “o espaço como algo que não é real”, algo não material (no sentido da física), como será explicado mais detalhadamente, Kant nega explicitamente as teorias newtonianas e leibnizianas de espaço – ao mostrar que este não é substância, acidente ou relação, e sim “subjetivo e ideal”. O tempo e o espaço tomados conjuntamente são formas puras de toda a intuição sensível⁴³, que são fontes de conhecimento das quais se podem extrair *a priori* diversos conhecimentos sintéticos, a exemplo da matemática pura, no que se refere ao conhecimento do espaço e das suas relações. A necessidade *a priori* de tempo e

⁴³KrV B 56

espaço assenta também a possibilidade de princípios apodícticos das relações do tempo e linearidade do espaço. Sendo que o tempo tem apenas uma dimensão, tempos diferentes não são simultâneos, mas sucessivos, assim como espaços diferentes não são sucessivos, mas sim simultâneos. Estes princípios não podem ser extraídos da experiência, porque esta não lhes concederia nem rigorosa universalidade nem certeza apodíctica, uma vez que, caso fossem empíricos, nada poderia nos ensinar que ultrapassasse a percepção comum, e não teria um maior grau de certeza. Ilustrando de forma mais simples, as ideias de espaço e tempo não podem ser derivadas ou extraídas da experiência, porque essas ideias de espaço e tempo já são pressupostas por tal experiência.

Por serem *a priori* determinam os seus próprios limites precisamente, assim eles somente apontam aos objetos enquanto são considerados como fenômenos, mas não representam coisas em si. É-nos completamente desconhecida a natureza dos objetos em si, mesmos independentemente de toda receptividade da nossa sensibilidade. Conhecemos somente o modo de percebê-los, enquanto fenômenos. Para Kant, mesmo que pudéssemos elevar a nossa intuição ao mais alto grau de clareza, nem por isso nos aproximaríamos mais da natureza dos objetos em si⁴⁴. Meramente, conheceríamos perfeitamente a nossa forma de intuição (sensibilidade) e esta sempre resta submetida às condições do espaço e do tempo. Destarte, espaço e tempo são formas puras desse modo de perceber intuições empíricas, essas formas só podemos conhecer *a priori*; a sensação, a contrário, é o aquilo que podemos conhecer *a posteriori*, ou seja, intuição empírica.

Não seria possível pensar qualquer objeto, por exemplo, um som ou uma cadeira, sem considerá-lo atrelada a uma estrutura de espaço e tempo, é mais razoável se pensar com clareza a ideia de um espaço ou tempo em que não há objetos. Ora, uma cadeira deve ocupar espaço e durar através do tempo, e, mesmo que ela não durasse no tempo, então só resta um tempo em que nunca tivessem existido cadeiras. Assim, é possível pensar a condição de espaço e tempo separada de qualquer objeto individual, embora não se possa aquilatar qualquer objeto individual separado de espaço e tempo. Vale ressaltar que não se pode perceber espaço e tempo vazios, embora se possa pensar. Para se perceberem tempo e espaço sempre devem se ter coisas no tempo e no espaço e, para se terem ideias

⁴⁴KrV A 43

do tempo e espaço vazio ou absoluto, só é possível se eliminando, por abstração, objetos no tempo e no espaço. Ao contrário, Newton presumidamente acreditava que se podia conhecer espaço e tempo como entes absolutos e reais, separados de seu conteúdo. Como é o caso da geometria, em que se pode estudar o espaço como uma coisa pela abstração de objetos empíricos, também é similar o caso do tempo ao estudar física. Assim, se permite a construção de figuras espaciais (e atemporais) a priori na intuição pura, embora se diga que possam ser aparências apresentadas aos nossos sentidos.

Com efeito, do fato que no espaço e no tempo a intuição dos objetos exteriores representa o objeto tal como ele afeta os nossos sentidos, ou seja, como se mostra, não decorre que esses objetos sejam meras aparências. Enquanto fenômeno, as propriedades que lhes atribuímos são sempre consideradas algo realmente dado, porém esta propriedade depende do modo de intuição do sujeito na sua relação ao objeto dado. Com reforço, os corpos não são simplesmente, mas parecem existir fora de mim, a qualidade do espaço e do tempo, que ponho como condição da sua existência e de acordo com a qual os represento, elas residem apenas no meu modo de intuição e não nesses objetos em si. Assim para Kant, é um grande erro converter em simples aparência o que deveria considerar como fenômeno. Segundo o princípio da idealidade de todas as nossas intuições sensíveis, só quando se atribui realidade objetiva a essas formas de representação é que não se pode evitar que tudo possa ser entendido como simples aparência.

Para confirmação desta teoria da idealidade do sentido externo, bem como do interno, por conseguinte, de todos os objetos dos sentidos, enquanto simples fenômenos, pode ser particularmente útil a observação seguinte: tudo o que no nosso conhecimento pertence à intuição contém apenas simples relações; relações de lugares numa intuição (extensão), relações de mudança de lugar (movimento) e leis pelas quais esta mudança é determinada (forças motrizes). O que, porém, está presente no lugar ou age nas próprias coisas, fora da mudança de lugar, não nos é dado pela intuição. Ora, simples relações não fazem conhecer uma coisa em si; eis porque bem se pode avaliar que, se o sentido externo nos dá apenas representações de relações, só poderá conter, na sua representação, a relação de um objeto com o sujeito e não o interior do objeto, o que ele é em si.⁴⁵

A estética transcendental pode conter mais do que estes dois elementos: espaço e o tempo. Resulta claramente de todos os outros conceitos pertencentes à sensibilidade. Estas formas da intuição podem com sucesso assegurar uma intuição a priori verdadeira e objetivamente válida e ao mesmo tempo estabelecer a ligação

⁴⁵KrV B 67

necessária entre as declarações da experiência e essas afirmações. Espaço e tempo, como formas puras da intuição, estão aptos a legitimar corpos de saber. O papel do espaço e do tempo, dentro da perspectiva de legislar sobre campos do saber, incluindo a metafísica, é coordenar os objetos da sensibilidade antes de sua unificação no juízo pelos conceitos do entendimento.

5. Consideração a respeito da lógica

Para explicar em que consiste a lógica transcendental, Kant compara os tipos de lógicas, distinguindo entre lógica geral e lógica particular. A lógica geral toma a dianteira nas escolas, como propedêutica das ciências, embora, segundo o curso da razão humana, seja a que mais tardiamente a alcança⁴⁶. Já a lógica particular, ou lógica elementar, contém as regras para pensar retamente sobre determinada espécie de objetos.⁴⁷

Kant subdivide ainda a lógica geral, que segundo ele apenas carece do último retoque que a corrija e aperfeiçoe, em pura e aplicada. A lógica geral pura ocupa-se de princípios puros a priori e é um cânone do entendimento e da razão, mas só com referência ao que há de formal no seu uso, seja qual for o conteúdo (empírico ou transcendental)⁴⁸. Uma lógica geral é aplicada quando se ocupa das regras do uso do entendimento nas condições empíricas subjetivas que a psicologia nos ensina.⁴⁹

A lógica que deverá constituir a teoria pura da razão tem de ser totalmente distinta da que constitui a lógica aplicada. Só assim poderá constituir uma ciência, sempre respeitando os ensinamentos da lógica clássica. Ela deve abstrair-se totalmente do conteúdo, atendo-se apenas a forma do pensamento. Jamais poderá conter princípios tirados da experiência, pois é uma representação demonstrativa, então tudo nela contido deve ser totalmente a priori.

Na presunção de que haja porventura conceitos que se possam referir a priori a objetos, não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como atos do pensamento puro, e que são, por conseguinte, conceitos, mas cuja origem não é empírica nem estética, concebemos antecipadamente a idéia de uma ciência do entendimento puro e do conhecimento de razão pela qual pensamos objetos absolutamente a priori. Uma tal ciência, que determinaria

⁴⁶KrV A 52 / B 77

⁴⁷KrV A 52 / B 77

⁴⁸KrV A 53 / B 78

⁴⁹KrV A 53 / B 78

a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos, deveria chamar-se lógica transcendental, porque trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos a priori...⁵⁰

Em outras palavras, a lógica transcendental consiste no rearranjo da lógica em geral da sua época, dado o seu uso pelos escolásticos e as críticas que ele faz a isso, e conseqüentemente na negação da lógica particular. Nesse projeto, ele usa tanto de aspectos da lógica geral, quanto da lógica aplicada dadas as devidas mudanças e refinamentos; a lógica geral pura, contudo, é bem mais próxima do modo que pretende alcançar. Da lógica geral pura difere com relação ao conteúdo e da lógica geral aplicada, por ser totalmente *a priori*.

No caso da lógica aplicada, a lógica transcendental se diferencia porque, sejam quais forem seus objetos, eles são todos dados *a priori*. Ela não se interessa em nada pelas condições empíricas nas quais o conhecimento é construído.

A lógica transcendental não se livra de todo o conteúdo, mas só de todo conteúdo que provém de conhecimentos empíricos, restando às regras do pensamento puro, enquanto a lógica geral pura alheia-se de todo o conteúdo do conhecimento, considerando apenas a forma lógica na relação de conceitos. A lógica transcendental, diante da sensibilidade *a priori* que a estética transcendental lhe fornece, dá uma matéria aos conceitos puros do entendimento, sem a qual esta lógica seria destituída de conteúdo⁵¹, tal qual a lógica geral pura. A lógica transcendental se ocuparia também da origem dos nossos conhecimentos dos objetos, mas é importante notar que ela não diz respeito à origem dos objetos ou da origem da coisa em si, ela somente se ocupa da origem do conhecimento de tais objetos. Novamente difere da lógica geral cuja ocupação não se relaciona com a origem de nada, mas somente com as representações, independe de qual seja a origem.

A lógica transcendental trata do modo como o entendimento pensa os objetos enquanto condições *a priori* para a possibilidade da experiência em geral, em outras palavras uma lógica é transcendental na medida em que trata do reconhecimento da origem não empírica destas representações e à possibilidade de, não obstante, se referirem *a priori* a objetos da experiência pode chamar-se transcendental⁵². A analítica transcendental trata das condições de possibilidade da

⁵⁰KrV B 82

⁵¹KrV B 102

⁵²KrV B 81 / A 57

experiência que constroem conhecimentos sintéticos a priori mediante certos conceitos⁵³, sempre por meio de uma lógica transcendental (que respeita as leis da lógica clássica). A lógica transcendental é sobretudo importante para Kant quando é posta subjacente a faculdade de julgar, como pontua Kant no seguinte trecho:

O entendimento e a faculdade de julgar têm, pois, na lógica transcendental o cânone do seu uso objetivamente válido, do seu uso verdadeiro portanto, e pertencem à parte analítica desta. Estes critérios referem-se, todavia, apenas à forma da verdade, isto é, do pensamento em geral e, como tais, são certos, mas não suficientes. Porque, embora um conhecimento seja perfeitamente adequado à forma lógica, isto é, não se contradiga a si próprio, pode todavia estar em contradição com o objeto.⁵⁴

6. Conceitos do entendimento

Todo o nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais. A primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda, que será mais detalhadamente explorada agora, é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (conceitos). Da forma como recebemos representações, nos são dados objetos, enquanto conhecer mediante representações nos são dadas representações das formas pela razão. Ambas estas representações são puras ou empíricas, empíricas, quando a sensibilidade esta neles contida, e puras, quando nenhuma sensibilidade se mistura à representação, sendo que somente as intuições ou os conceitos puros são possíveis *a priori*, já não contêm nada do “mundo real”. Assim, tirando a forma da intuição, o único modo de conhecer é dado por conceitos, igualmente, o conhecimento de todo o entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas discursivo⁵⁵. Com efeito, como foi ressaltado anteriormente, ambas as formas de representação devem agir em conjunto, explicitadas as intuições agora serão explicadas formas de conceitos.

A filosofia transcendental deve procurar conceitos segundo um princípio e, porque aparecem no entendimento puros e sem mistura, devem se ligar entre si segundo um conceito. Essa conexão nos dá uma regra pela qual se pode determinar *a priori* o lugar de cada conceito puro do entendimento. Os conceitos nascem da espontaneidade do pensamento, e representam-se enquanto função no

⁵³Wood, Allen Pg. 59

⁵⁴KrV B 84

⁵⁵KrV B 93

pensamento. Além disso, um conceito nunca é referido imediatamente (diretamente) a um objeto, mas sempre a outra representação. Diante disso, o entendimento não pode fazer outro uso destes conceitos a não ser, por seu intermédio, formular juízos⁵⁶.

Assim, os juízos que formamos agem como funções que unem as representações, que incluam em si a primeira representação e outras mais, na forma similar a sujeito e predicado, deste modo se reúnem num só vários conhecimentos possíveis. Então, para Kant, nós podemos reduzir a juízos todas as obras do entendimento (conhecer por conceitos), de tal modo que o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar.

Síntese pode ser entendida como o ato de fundir duas ou mais coisas, mediante uma operação mental, na acepção mais geral da palavra, o ato de juntar, umas às outras, diversas ideias e conceber a sua diversidade em um só conhecimento; entretanto nos juízos sintéticos o predicado sempre tem algo de novo a oferecer ao sujeito. Em outras palavras, o juízo de síntese não pode juntar dois iguais, mas sempre dois diferentes.

A síntese é pura quando os conhecimentos concatenados são *a priori*, sem que nenhum conceito seja meramente analítico quanto ao conteúdo. É a síntese pura que reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo, a ela que atendemos em primeiro lugar, caso queiramos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento⁵⁷. Esse princípio que torna sistemática a derivação do que Kant vai chamar de categorias é encontrado e aperfeiçoado nas formas lógicas dos juízos.

A síntese pura, representada de maneira universal dá o conceito puro do entendimento, entretanto a unidade sintética *a priori* é o fundamento de uma síntese pura. A lógica transcendental nos dá condição de reduzir a conceitos as sínteses puras das representações. Para o efeito do conhecimento de todos os objetos a priori segue três passos segundo Kant. Em primeiro, que o múltiplo da intuição pura seja dado; segundo, a síntese desse múltiplo da intuição pura pela razão.

A lógica transcendental nos dá condição de reduzir à conceitos as sínteses puras das representações. O que primeiro nos deve de ser dado, para efeito do conhecimento de todos os objetos *a priori*, é o diverso da intuição pura; a

⁵⁶KrV B 93

⁵⁷KrV B 103 / A 78

síntese desse diverso pela imaginação é o segundo passo, que não proporciona ainda conhecimento. Os conceitos, que conferem unidade a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objeto e assentam no entendimento.

Deste modo, originam-se tantos os conceitos primitivos puros do entendimento (que Kant vai chamar de categorias), referidos a priori a objetos da intuição em geral, quanto as funções lógicas em todos os juízos possíveis que há na tábua seguinte, uma vez que o entendimento esgota-se totalmente nessas funções e a sua capacidade mede-se totalmente por elas⁵⁸.

TÁBUA DAS CATEGORIAS

<p>1. <i>Da quantidade:</i> Unidade Pluralidade Totalidade</p>	<p>2. <i>Da Qualidade:</i> Realidade Negação Limitação</p>
<p>3. <i>Da Relação:</i> Inerência e subsistência (<i>substantia et accidens</i>) Causalidade e dependência (causa e efeito) <i>Comunidade</i> (ação recíproca entre o agente e o paciente)</p>	
<p>4. <i>Da Modalidade:</i> Possibilidade — Impossibilidade Existência — Não-existência Necessidade — Contingência</p>	

Esta tábua lista todos os conceitos, originariamente puros, da síntese que o entendimento *a priori* contém. Só mediante eles pode-se compreender algo no múltiplo da intuição, isto é, pode-se pensar um objeto dado. Esta divisão é sistematicamente extraída de um princípio da faculdade de julgar. Em contrapartida,

⁵⁸KrV B 105 / A 80

antes de apresentar a Tábua das categorias, Kant constrói a tábua das funções lógicas que serve de base para a das categorias, dadas às necessárias alterações.

TÁBUA DAS FUNÇÕES LÓGICAS

1.

Quantidade dos juízos

Universais

Particulares

Singulares

2.

Qualidade

Afirmativos

Negativos

Infinitos

3.

Relação

Categóricos

Hipotéticos

Disjuntivos

4.

Modalidade

Problemáticos

Assertóricos

Apodíticos

Se abstrairmos de todo o conteúdo de um juízo em geral e atendermos apenas à simples forma do entendimento, tal como faz a lógica geral pura, encontramos que nele a função do pensamento, ausente de conteúdo, pode ser entendida segundo a tábua anterior (das funções lógicas). Na tábua das funções lógicas, a ordenação das suas categorias de julgar segundo a forma lógica, como é visível, identifica quatro classes de conceitos da lógica:

1. Quantidade: diz respeito à extensão em que o predicado se relaciona com o sujeito, tendo um só predicado, singular; alguns predicados, particular; ou todos os predicados, universal.

2. Qualidade: diz respeito ao modo como o predicado se relaciona com o sujeito. Sendo o sujeito incluído no predicado, afirmativo; sendo excluindo o sujeito

do predicado, negação; ou sendo incluindo o sujeito ao que resta quando o predicado é subtraído, infinitos.

3. Relação: diz respeito ao modo como o predicado pode ser relacionado ao sujeito. Seja como um atributo dele enquanto suporte do seu significado, categórica; Seja expressando uma regra de inferência, hipotético; ou como um conhecimento que difere do todo de divisões, disjuntivos.

4. Modalidade: Diz respeito ao modo como o próprio juízo se relacionada às condições do pensamento geral. Seja tendo um valor apenas passível, problemático; seja efetivo, assertórico; ou apodítico, necessário.

Dada a tábua das funções lógicas dos juízos e as regras de decorrem dela, Kant pode construir a tábua das categorias. Análoga á tábua das funções lógicas, ela é dividida em 4 classes contendo cada uma 3 categorias, sendo elas: quantidade, contendo unidade, pluralidade e totalidade; qualidade, contendo realidade, negação e limitação; a relação, contendo inerência e subsistência, causalidade e dependência, e comunidade; e modalidade, contendo possibilidade e impossibilidade, existência e não-existência, e necessidade ou contingência.

A correspondência existente entre as partes desta tábua de conceitos puros é proposital, pois para Kant, isso garante sua completude, precisão e consistência, mesmo que os avanços modernos da lógica mostrem que isso não é possível. A relação recíproca apresentada pelos elementos que entram na constituição desta tábua garante também que não haja nem mais, nem menos conceitos puros do que deveria. Uma curta definição das categorias que Kant faz é:

Antes, porém, quero apenas retomar ainda a explicação das categorias. São conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera determinada em relação a uma das funções lógicas do juízo. Assim, a função do juízo categórico era a da relação do sujeito com o predicado; por exemplo: todos os corpos são divisíveis. Mas, em relação ao uso meramente lógico do entendimento, fica indeterminado a qual dos I conceitos se queria atribuir a função de sujeito e a qual a de predicado. Pois também se pode dizer: algo divisível é um corpo. Pela categoria da substância, porém, se nela fizer incluir o conceito de corpo, determina-se que a sua intuição empírica na experiência deverá sempre ser considerada como sujeito, nunca como simples predicado; e assim em todas as restantes categorias.⁵⁹

A tábua das categorias é imprescindível para elaborar integralmente o plano do todo que forma uma ciência, na medida em que assenta sobre conceitos a priori. Além disso, essa tabua contém a lista dos conceitos elementares do

⁵⁹KrV A 95 / B 129

entendimento e, até mesmo, a forma de um sistema desses conceitos no entendimento humano. Com efeito, além de apresentar a tábua, são demandadas algumas pontuações com relação a forma da tábua para que ela possa ser melhor entendida. Primeira, as quatro classes de conceitos podem subdividir-se em duas secções, a primeira das quais se refere aos objetos da intuição, e a segunda à existência desses objetos. A primeira é a classe das categorias matemáticas, e a segunda é a das categorias dinâmicas. Esta diferença tem de possuir um fundamento na natureza do entendimento⁶⁰; segunda, a terceira categoria resulta da ligação da segunda com a primeira da sua classe, contudo, não se deve concluir que a terceira categoria seja apenas um conceito derivado e não um conceito primitivo do entendimento puro, já que a ligação da primeira categoria com segunda, para produzir o terceiro conceito, exige um ato particular do entendimento, que não é idêntico ao que se exerce em qualquer delas⁶¹; terceira na categoria da comunidade não é tão clara, como nas demais categorias, a concordância com a forma de um juízo disjuntivo, que lhe corresponde na tábua das funções lógicas. Para nos assegurarmos dessa interconexão temos que analisar o juízo disjuntivo, enquanto forma ele é um todo do particular em partes não podendo estar uma dessas partes contida na outra, são pensados como coordenadas uma à outra e não como subordinadas, as partes não determinam entre si em um só sentido, mas reciprocamente como num agregado (quando se põe um membro da divisão, todos os outros são excluídos e inversamente). Este processo, que segue o entendimento, quando representa a esfera de um conceito dividido, é o mesmo que ele observa quando pensa uma coisa como divisível⁶².

Após a derivação sistemática da tábua das categorias a partir da forma lógica do conhecimento, Kant pretende dar um mostra à dedução dessas categorias, a fim de justificá-las e provar a possibilidade de aplicação aos objetos da experiência possível.

7. Das deduções

7.1 Justificação das deduções

⁶⁰KrV B 110

⁶¹KrV B 111

⁶²KrV B 112 / B113

Entre os diversos conceitos que constituem o múltiplo do conhecimento humano, alguns se destinam também a um uso puro *a priori*. Estes conceitos puros requerem sempre uma dedução, porque provas da experiência nada tem a dizer sobre o *a priori* – a mera experiência empírica não seria capaz de provar sua aplicabilidade. Só uma dedução totalmente *a priori* seria capaz de legitimar como os conceitos podem referir a objetos, tudo *a priori*, e, ainda, só de modo transcendental é possível explicar as condições de possibilidade para tal. Assim a dedução transcendental explica o modo como os conceitos podem referir *a priori* a objetos. Com efeito, há conceitos que referem *a priori* a objetos, mas que têm naturezas diferentes.

Temos agora já dois tipos de conceitos de bem diversa espécie, mas que coincidem na referência totalmente *a priori* aos objetos, que são os conceitos de espaço e de tempo, como formas de sensibilidade, e as categorias, como conceitos de entendimento. Tentar obter a sua dedução empírica seria esforço vão, porque o traço distintivo da sua natureza l consiste, precisamente, em se referirem aos seus objetos sem que, para a sua representação, fossem buscar algo à experiência. Assim, pois, se for necessária, a sua dedução terá sempre de ser transcendental.⁶³

Em relação a estes conceitos apresentados (como em relação a todo o conhecimento puro), é possível procurar na experiência pelo menos as causas ocasionais de sua produção, salvo o princípio de sua possibilidade. Assim, para se alcançar uma dedução dos conceitos puros *a priori*, deverá ser completamente independente da experiência, uma vez que tais conceitos têm sua causa original muito diferente daquele que, por ventura, deriva da experiência – e, portanto, esses conceitos só podem ter uma dedução transcendental.

Embora se admita um único modo de dedução possível do conhecimento puro *a priori*, a saber, o da via transcendental, nem por isso daí resulta, ainda, que seja absolutamente necessária⁶⁴ (a dedução). Os conceitos puros do entendimento suscitam a necessidade inevitável de procurar, não só a sua dedução transcendental, mas também a do espaço, diferente de outras ciências que, embora determinem sua validade objetiva *a priori*, não têm a necessidade de procurar por uma origem legítima.

Conceitos puros determinam os objetos, não pela sensibilidade, mas pelo pensamento *a priori* e referem-se aos objetos em geral sem qualquer condição

⁶³KrV B 118 / A 86

⁶⁴KrV A 87

imposta pela sensibilidade. As categorias do entendimento não apresentam as condições em que os objetos nos são dados na intuição (pura ou empírica), por conseguinte, podem aparecer objetos que se não se relacionem necessariamente com as funções do entendimento e dos quais este, portanto, não contenha as condições *a priori*. Isso suscita um problema, pois como as categorias vão assegurar objetivamente a possibilidade de todo conhecimento dos objetos, já que há fenômenos na intuição sem as funções do entendimento.

Isso ocorre porque os fenômenos, enquanto objetos que aparecem para a nossa intuição, podem constituir meras cadeias causais de causa e efeito (não de forma de necessária). Os fenômenos por vezes nos proporcionam casos em que é possível estabelecer uma regra de causa e efeito, segundo a qual algo acontece habitualmente como diria Hume, mas que nunca a consequência seja necessária. A síntese da causa não pode ser constatada de forma empírica, porque este conceito exige que algo A seja de tal que algo B seja a sua consequência necessária e segundo uma regra universal. A estrita universalidade da regra não é também propriedade de quaisquer regras empíricas. É importante ainda ressaltar que em por isso os fenômenos deixariam de apresentar objetos à nossa intuição, pois esta não carecem das funções do pensamento.

7.2 O que permite o uso das categorias

Há casos em que é possível que a representação sintética e os seus objetos coincidam, e se relacionem necessariamente. Nos casos em que só a representação possibilita o objeto, a síntese é *a priori*. Dado que a representação em si não produz o seu objeto quanto à existência, será uma representação determinante *a priori* em relação ao objeto, quando só mediante ela seja possível conhecer algo como objeto.

Há condições pelas quais o conhecimento de um objeto é possível e isso ocorre por meio das intuições. Com efeito, todos os fenômenos concordam necessariamente com as condições formais da sensibilidade, porque só através delas eles aparecem. Diante disso, Kant propõe a seguinte questão: o conhecimento empírico dos objetos ocorre necessariamente conforme certos conceitos, e sem esse pressuposto nada pode ser objeto da experiência, então não seria o caso de

haver conceitos *a priori*, anteriores a essa forma de percepção, uma vez que são presentes várias regras necessárias. Com efeito, só as categorias enquanto conceitos *a priori* são, e elas devem ser, capazes de possibilitar a experiência enquanto forma de pensamento. Então as categorias relacionam-se necessariamente e *a priori* com os objetos da experiência, pois só por intermédio destas, em geral, é possível pensar qualquer objeto da experiência⁶⁵. Dessa explanação segue um ponto muito importante: do ponto de vista transcendental é que se reconhecem as condições de possibilidade da experiência, seja ela da intuição ou do pensamento, como é possível ver no trecho seguinte:

A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento).⁶⁶

São, por isso, necessários os conceitos que concedem o fundamento objetivo da possibilidade da experiência. Sem esta referência original à experiência possível, não se compreenderia de forma alguma a sua relação com qualquer objeto. Diante das condições (fontes) de possibilidade de toda a experiência Kant faz referencia a:

Há, porém, três fontes primitivas (capacidades ou faculdades da alma), que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra faculdade do espírito; são os sentidos, a imaginação e a apercepção. Sobre elas se fundam 1) a sinopse do diverso *a priori* pelos sentidos; 2) a síntese do diverso pela imaginação; finalmente, 3) a unidade dessa síntese pela apercepção originária. Todas estas faculdades, têm, além de um uso empírico, um uso transcendental, que apenas se refere à forma e unicamente é possível *a priori*. Deste último falamos mais acima, em relação aos sentidos, na primeira parte; I as outras duas faculdades vamos esforçar-nos por conhecê-las segundo a sua natureza.⁶⁷

Se há de fato conceitos puros *a priori*, e tudo até aqui apresentado indica que sim, certamente que não podem conter nada de empírico, assim, pareceria estranho caso eles se reportassem a um objeto. Com efeito, um conceito *a priori*, que não se referisse a nenhuma intuição se referiria apenas a forma lógica de um conceito e não o próprio conceito pelo qual algo seria pensado, ou seja, a nada que não a simples forma lógica. Contudo, conceitos puros têm que ser condições puras a

⁶⁵KrV B 126

⁶⁶KrV A 94

⁶⁷KrV B 127

priori de uma experiência possível, base sobre a qual repousa a sua realidade objetiva.

Para saber então o que permite o uso dos conceitos puros do entendimento, devemos analisar quais são as condições (*a priori*) das quais depende a possibilidade da experiência e qual é o seu fundamento, quando se abstrai de todos os elementos empíricos do fenômeno.

Um conceito que exprima a condição formal e objetiva da experiência, enquanto experiência possível, vai ser entendido como um conceito puro do entendimento. Uma vez que tenho conceitos puros do entendimento posso também imaginar objetos que sejam a representação dessa unidade. Essa unidade não pode surgir da ligação, pois essa unidade precede *a priori* todos os conceitos de ligação, e ela não é a categoria da unidade, porque todas as categorias têm por fundamento as funções lógicas nos juízos e nestes já é pensada a ligação, por conseguinte a unidade de conceitos dados. A categoria já pressupõe, portanto, a ligação⁶⁸.

Estes conceitos, acima citado, estão nas categorias, já são uma dedução suficiente delas e uma justificação da sua validade objetiva que pode demonstrar o fato de um objeto só poder ser pensado graças a elas⁶⁹. Contudo devemos previamente considerar as fontes subjetivas, que constituem os fundamentos *a priori* da possibilidade da experiência, não na sua natureza empírica, mas na sua natureza transcendental.

Uma representação isolada nunca é capaz de produzir alguma coisa como o conhecimento, já que o conhecimento é um todo de representações comparadas e ligadas. Atribuir sentido as operações do conhecimento uma síntese, por conter no múltiplo do entendimento sua intuição, a essa síntese corresponde sempre uma síntese e a receptividade, só unindo-se à espontaneidade da razão pode tornar possíveis conhecimentos. Esta espontaneidade é então o princípio de uma tripla síntese, que se apresenta de uma maneira necessária em todo o conhecimento: síntese da apreensão das representações, reprodução dessas representações na imaginação e da sua reconhecimento no conceito. São essas três fontes subjetivas do conhecimento que tornam possível o entendimento mediante

⁶⁸KrV A 96

⁶⁹KrV A 97

este, toda a experiência é considerada como um produto empírico do entendimento⁷⁰.

a) Síntese da apreensão das representações:

Todas as intuições contêm um múltiplo, porém esse múltiplo não seria representado como tal, se o a razão não distinguisse impressões sucessivas (pela intuição do tempo), pois não pode ser dada se não encerrada em algum momento. Para que deste diverso surja a unidade da intuição é preciso percorrer esses elementos e depois compreendê-los num todo. Esta operação é a síntese da apreensão, porque está diretamente orientada para a intuição, que fornece um múltiplo. Esta síntese da apreensão deve ser praticada a priori, e não só a posteriori, pois sem ela não poderíamos ter a priori nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque apenas podem ser produzidas pela síntese do múltiplo que a sensibilidade fornece na sua receptividade originária.

b) Reprodução dessas representações na imaginação:

Esta é uma síntese simplesmente empírica, segundo a qual, representações que frequentemente se têm sucedido ou acompanhado e acabam por se associar estabelecendo assim uma ligação, por habito. Esta síntese pressupõe que os próprios fenômenos estejam realmente submetidos a tal regra, por mais que a princípio não configurem necessidade são regras que se reproduzem. Deve, portanto, haver qualquer coisa que torne possível esta reprodução dos fenômenos, servindo de princípio a priori a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos.

A síntese da reprodução na imaginação também está fundada sobre princípios *a priori* e é preciso admitir uma síntese transcendental pura da imaginação, servindo de fundamento à possibilidade de toda a experiência (enquanto esta pressupõe, necessariamente, a reprodutibilidade dos fenômenos). Já mesmo as nossas intuições *a priori* mais puras não originam conhecimento a não ser que contenham uma ligação do diverso que essa síntese possibilita.

Com efeito, a síntese da apreensão está inseparavelmente ligada à síntese da reprodução. E como a primeira exprime o princípio transcendental da possibilidade de todos os conhecimentos em geral a síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito e, em vista disso,

⁷⁰KrV A 97 / 98

designaremos também esta faculdade por faculdade transcendental da imaginação⁷¹.

c) Reconhecimento no conceito

Toda a necessidade que pensamos, em um juízo, por exemplo, tem sempre por fundamento uma condição transcendental, então há um princípio transcendental da consciência na síntese do múltiplo de todas as nossas intuições – consequentemente há também nos conceitos do objeto em geral e, ainda, em todos os objetos da experiência. Esta condição originária e transcendental é a apercepção transcendental. Sem este princípio seria impossível pensar qualquer objeto que esteja mediado pelas intuições.

Estruturas de forma, necessariamente, não podem ser pensadas por meio de dados empíricos, pois de constatações empíricas não se retira nunca uma necessidade lógica. Deve haver uma condição, que preceda toda a experiência (*a priori*) e torne esta mesma possível, a qual deve tornar válido esse pressuposto transcendental. Com efeito, não pode haver em nós conhecimentos sem aquela unidade de consciência, que precede todos os dados das intuições e em relação à qual é somente possível toda a representação de objetos. Esta consciência pura, originária e imutável é designada por apercepção transcendental⁷².

As condições *a priori* de uma experiência possível em geral são, ao mesmo tempo, condições de possibilidade dos objetos da experiência. Ora, eu afirmo que as categorias são as condições do pensamento numa experiência possível, assim como o espaço e o tempo encerram as condições da intuição para essa mesma experiência. Então, aquelas categorias são conceitos fundamentais para se pensar objetos em geral correspondentes aos fenômenos e têm validade objetiva *a priori*. A necessidade destas categorias está na relação que toda a sensibilidade tem com a apercepção originária, na qual tudo na qual tudo esta submetido às funções gerais da síntese, e na qual só a apercepção pode demonstrar *a priori* a sua identidade total e necessária⁷³.

Como resultado dessa dedução não se pode pensar nenhum objeto que não seja mediante categorias, bem como não se pode conhecer nenhum objeto pensado que não por intuições correspondentes a esses conceitos. E como as

⁷¹KrV A 102

⁷²KrV A 107

⁷³KrV A 111 / A 112

intuições são sensíveis, e esse conhecimento é empírico, na medida em que objeto é dado, a representação que é dada à experiência nenhum conhecimento *a priori* nos é possível, a não ser o de objetos de uma experiência possível⁷⁴.

Com efeito, este conhecimento, é restrito a objetos da experiência, mas nem por isso é todo ele devido à experiência, como já ressaltado anteriormente, assim essas categorias são elementos de conhecimento que se encontram em nós *a priori*, ou seja, as categorias contêm, do lado do entendimento, os princípios da possibilidade de toda a experiência em geral.

Dada a dedução kantiana apresentada, e seguindo o modo que Kant considera mais adequado à filosofia, falta ainda à explicitar os princípios do entendimento puro. Contudo para que essa explanação seja exequível é necessário trabalhar a faculdade de julgar, uma vez que a faculdade de julgar transcendental, segundo as condições gerais, é que dá direito a usar os conceitos puros do entendimento em juízos sintéticos.

8. Faculdade de julgar

Ao passo que podemos entender o nosso entendimento geral como uma faculdade de usar regras (como já foram mostradas), a faculdade de julgar é a capacidade discernir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não. Com efeito, mesmo se através da lógica geral fosse tentado que para se provar uma regra qualquer não se poderia fazê-lo sem recorrer a uma outra regra. Essa nova regra exige uma nova intuição por parte da faculdade de julgar, e assim se manifesta que o entendimento é, sem dúvida, susceptível de ser instruído e encadeamento por regras, mas que a faculdade de julgar é um talento especial⁷⁵,

Com efeito, como foi referido, se a lógica geral não pode fornecer preceitos à faculdade de julgar, ocorre o inverso no caso da a lógica transcendental. Assim a lógica transcendental, dentre outras coisas, cumpre a missão de corrigir e garantir a faculdade de julgar no uso do entendimento puro, mediante determinadas regras.

Da faculdade de julgar transcendental se desdobram os juízos sintéticos que decorrem *a priori*, sob as condições, dos conceitos puros do entendimento e que

⁷⁴KrV B 166

⁷⁵KrV A 133 / B 172

constituem o fundamento de todos os outros conhecimentos a priori, ou seja, dos princípios do entendimento puro⁷⁶.

Ainda, Kant, mediante crítica da razão pura, tenta impedir os passos em falso da faculdade de julgar (*lapsus judicii*) no uso do pequeno número de conceitos puros do entendimento que possuímos.

9. Princípios do entendimento puro

Kant define que a natureza e orientação da tábua das categorias parte inevitavelmente dos juízos do entendimento, e:

Com efeito, é precisamente a referência das categorias à experiência possível que deve constituir todo o conhecimento puro a priori do entendimento, e é a relação das categorias à sensibilidade em geral que terá, por isso mesmo, de I expor integral e sistematicamente todos os princípios transcendentais do uso do entendimento⁷⁷.

Os princípios *a priori* o são por conter em si os fundamentos de outros tantos juízos, e também porque não ser de nenhuma forma derivados de outros conhecimentos quaisquer.

Nos juízos sintéticos, ao contrário dos analíticos, é necessário sair do conceito dado para considerar, olhar para a relação existente, afim de algo completamente diferente do que no primeiro conceito estava pensado. Disso se segue que são necessários pelo menos três termos: dois que façam partes efetiva da síntese e um que resulte dela. Nas síntese que ocorrem no entendimento, esse terceiro termo é um conjunto em que todas as nossas representações estejam contidas, ou seja, o sentido interno, e a sua forma *a priori*, o tempo. A síntese das representações assenta sobre a imaginação; porém, a unidade sintética das mesmas descansa sobre a unidade da apercepção⁷⁸.

Com efeito, é neste ponto que se encontra a possibilidade de juízos sintéticos, pois, já que os dois termos da síntese contem fontes *a priori* e,consequentemente, o terceiro também, é justamente neles que deve-se encontrar a possibilidade de juízos sintéticos puros.Também, em virtude de sua natureza, estes juízos são necessários para alcançar um conhecimento dos objetos que assente tão somente na síntese das representações.

⁷⁶KrV A 136

⁷⁷KrV B 188

⁷⁸KrV A 155

Para que um conhecimento, qualquer que seja, possua realidade objetiva, nele deverá o objeto ser dado⁷⁹. Sem isso os conceitos são vazios e não são mais que formas lógicas. Essas exigências são dadas as quaisquer objetos, mesmo o da intuição pura, como por exemplo:

Os próprios espaço e tempo, por mais puros que sejam estes conceitos de todo o elemento empírico e por maior que seja a certeza de que são totalmente representados a priori no espírito, seriam destituídos de validade objetiva, privados de sentido e de significado se não fosse mostrado o seu uso necessário para objetos da experiência; a sua representação é um simples esquema, que se refere sempre à imaginação reprodutora, a qual suscita os objetos da experiência, sem os quais esses conceitos não teriam qualquer significado; o mesmo acontece com todos os conceitos, sem distinção.⁸⁰

A possibilidade da experiência é o que confere realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos *a priori*. Neste contexto, a experiência fundamenta regras gerais (*a priori*) da unidade da síntese dos fenômenos. Sendo que a validade objetiva dessas regras, enquanto condições necessárias, pode sempre ser mostrada na experiência possível desta. Sem esta referência proposições sintéticas a priori são totalmente impossíveis⁸¹, por não possuírem nenhum objeto, pelo qual a unidade sintética dos seus conceitos pudesse mostrar a sua realidade objetiva. Assim, Juízos sintéticos puros referem-se, mesmo que mediatemente, sempre a uma experiência possível e sobre ela conferem a validade objetiva da sua síntese.

O princípio supremo de todos os juízos sintéticos é pois este: todo o objeto está submetido às condições necessárias da unidade sintética do diverso da intuição numa experiência possível. Deste modo são possíveis os juízos sintéticos a priori, quando referimos as condições formais da intuição a priori, a síntese da imaginação e a sua unidade necessária numa apercepção transcendental, a um conhecimento da experiência possível em geral e dizemos: as condições da possibilidade da experiência em geral são, ao mesmo tempo, condições da possibilidade dos objetos da experiência e têm, por isso, validade objetiva num juízo sintético a priori.⁸²

Com efeito, se há de fato princípios gerais ocorre devido ao entendimento puro⁸³ Mesmo as leis da natureza, quando consideradas leis fundamentais do uso empírico do entendimento, implicam (na maior parte das vezes) um caráter de necessidade. As leis da natureza se encontram submetidas a outros princípios do

⁷⁹Dar um objeto não deve ser entendido apenas de maneira imediata, mas também ser apresentado imediatamente na intuição, não é mais do que referir a sua representação à experiência (real ou possível).

⁸⁰KrV A 156

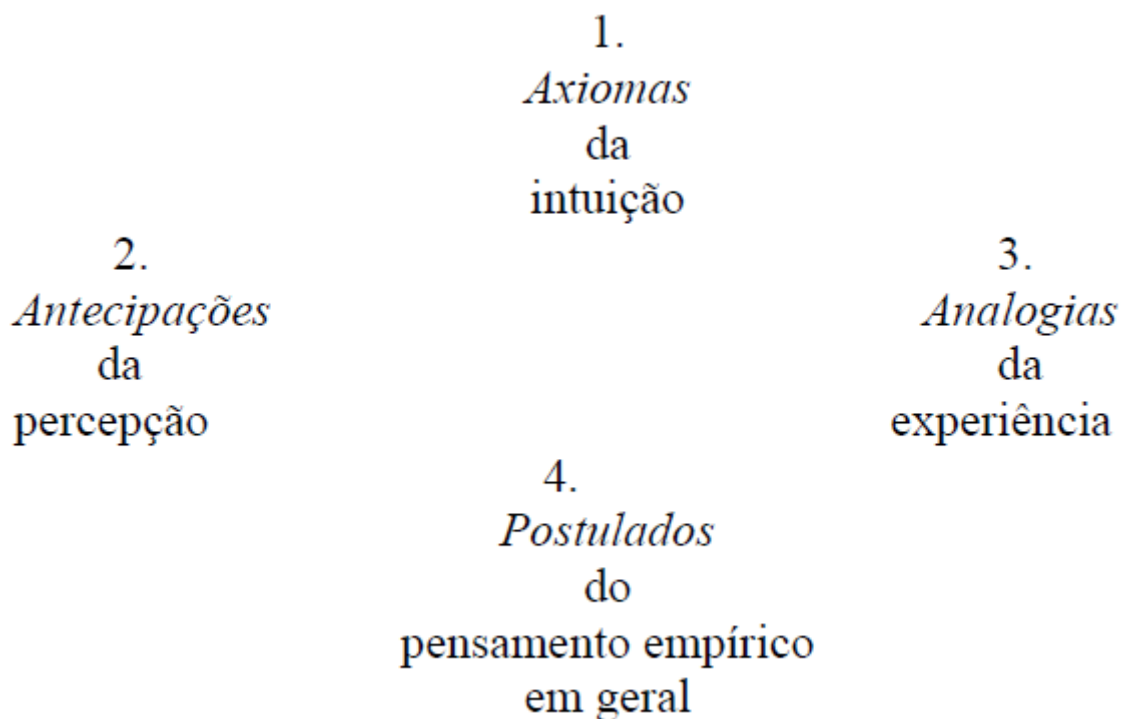
⁸¹KrV A 157

⁸²KrV A 158

⁸³Que é a faculdade das regras em relação ao que acontece e também a própria fonte dos princípios, segundo a qual tudo se encontra necessariamente submetido a regras.

entendimento, porque essas regras ou leis só servem enquanto aplicação a casos particulares, contudo esses princípios dão o conceito que contem a condição dessa regra. Apesar disso há princípios puros *a priori* que não atribuem propriamente ao entendimento puro, pois eles não derivam de conceitos puros, mas somente de intuições puras.

A tábua das categorias dá-nos uma indicação muito natural sobre a tábua dos princípios, pois estes não são regras para o uso objetivo daquelas. Todos os princípios do entendimento puro estão contidos nessa tábua:



1) Axiomas da intuição:

A base deste princípio é que todas as intuições são grandezas extensivas⁸⁴. Todos os fenômenos contêm uma intuição no espaço e no tempo, pois são dados mediante as intuições, que é o fundamento *a priori* de todos eles.

A síntese do múltiplo onde são produzidos casos de um espaço ou tempo determinado na intuição em geral, é o conceito de uma grandeza, já que só dessa forma é possível a representação de um objeto enquanto fenômeno. A própria

⁸⁴KrV B 201

percepção de um objeto como fenômeno só é possível mediante essa mesma unidade sintética do múltiplo da intuição sensível

Todos os fenômenos são representados enquanto grandezas, porque, enquanto intuições que necessariamente são no espaço e tempo têm de ser representados pela mesma síntese que determina o espaço e o tempo em geral.

2) Antecipações da percepção:

A base deste princípio é que em todos os fenômenos o real, que é o objeto de sensação, tem uma grandeza intensiva, isto é um grau⁸⁵. A percepção é a consciência dos fenômenos.

Contém intuição e matéria para qualquer objeto em geral⁸⁶, o qual só se pode ter consciência se o sujeito for afetado mediante as sensações. A sensação não é uma representação não dela uma grandeza extensiva⁸⁷, mas terá, contudo, uma grandeza, sendo essa uma grandeza intensiva, sendo ela um grau de influência sobre os sentidos com a qual se deverá atribuir a todos os objetos da percepção. A apreensão preenche apenas um instante, como algo no fenômeno, que procede das partes para a representação total, a sensação não tem grandeza extensiva, enquanto a ausência de sensação no mesmo instante representaria este como vazio.

Em todos os fenômenos há algo que nunca é conhecido *a priori* e conseqüentemente segue-se que a sensação é, propriamente, é a verdade nunca pode ser antecipado. Contudo, sempre é possível antecipação dos fenômenos às determinações puras do espaço e do tempo, tanto no que respeita à figura como à grandeza, assim independente do fenômeno isso refere a uma lei a priori tudo o que pode sempre ser dado *a posteriori* na experiência.

Na intuição empírica, corresponde à sensação é a realidade e o que corresponde à sua ausência é a negação = 0. Com efeito, toda sensação é possível de decréscimo, de modo que pode diminuir e gradualmente até sumir completamente. Assim entre a realidade no fenômeno e a negação total dele há uma cadeia gradual de muitas sensações intermediárias possíveis, separadas por um intervalo sempre menor do que a diferença entre a sensação no primeiro momento e o zero total. Assim o fenômeno tem uma grandeza que não se encontra na

⁸⁵KrV B 202

⁸⁶O qual é representado algo que realmente possui enquanto fenômeno.

⁸⁷Aquela em que a representação das partes torna possível a representação do todo.

apreensão, porque esta última se efetua mediante a simples sensação, num instante, e não por síntese sucessiva de muitas sensações, não partindo, portanto, das partes para o todo; tem uma grandeza, mas não extensiva⁸⁸.

Grandeza intensiva é àquela que só pode ser apreendida como unidade e em que a pluralidade só pode representar-se por aproximação da negação = 0. E, toda a realidade no fenômeno tem grandeza intensiva, isto é, um grau. Assim, embora a matéria só possa ser da *a posteriori* (no fenômeno), há algo que pode ser antecipado, ou seja, dado *a priori*.

3) Analogias da experiência:

A base deste princípio é que a experiência só é possível pela representação de uma ligação necessária das percepções⁸⁹. A experiência conhecimento que determina um objeto mediante percepções, ela é uma síntese das percepções.

Na experiência as percepções se relacionem umas às outras de maneira accidental, de modo que das próprias percepções não pode resultar a necessidade da sua ligação, porque a apreensão é apenas a reunião do múltiplo da intuição empírica e nela não se encontra nenhuma representação de necessária na existência.

Contudo a experiência empírica é um conhecimento dos objetos mediante percepções e, conseqüentemente, nela não há nenhuma ligação necessária entre objetos da forma em a experiência se justapõe no tempo, mas tal como é objetivamente no tempo. Contudo o tempo não pode ser percebido pelas percepções, assim também a determinação da existência dos objetos no tempo só pode surgir da sua ligação no tempo. Dai implica uma relação de necessidade, uma vez que a experiência só é possível por uma representação da ligação necessária das percepções.

Os três modos do tempo são a permanência, a sucessão e a simultaneidade. Daqui provêm três regras de todas as relações de tempo dos fenômenos, e essas três regras precedem toda a experiência e tornam-na possível. Esse princípio, chamado de princípio geral destas três analogias assenta-se na unidade necessária da apercepção, relativamente à consciência empírica em cada tempo. Uma analogia da experiência é apenas uma regra, segundo a qual a unidade

⁸⁸KrV B 210

⁸⁹KrV B 218

da experiência deverá resultar das percepções e que, enquanto princípio terá um valor regulador e não constitutivo.

3.a) Primeira analogia, Princípio da permanência da substância:

O princípio dessa analogia é que em toda a mudança dos fenômenos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui na natureza⁹⁰.

Todos os fenômenos são no tempo, como substrato (forma permanente da intuição interna) podem ser representadas tanto a simultaneidade como a sucessão. Contudo o tempo, em que toda a mudança dos fenômenos deverá ser pensada, permanece, porque só nele a sucessão ou a simultaneidade podem ser representadas como determinações do tempo.

O tempo não pode ser percebido por si mesmo. Assim nos fenômenos é que se encontra o substrato que representa o tempo em geral e onde pode ser percebida na apreensão. Mas o substrato de tudo o que pertence à existência das coisas é a substância na qual tudo só pode ser pensado enquanto determinação. Esse contínuo que aparece nas relações de tempo dos fenômenos é a substância do fenômeno, e, assim como esta substância não pode mudar na existência, a sua quantidade na natureza não pode ser aumentado nem diminuída. Com isso, fica determinada a proposta da permanência.

3.b) Segunda analogia, Princípio da sucessão no tempo segundo a lei da causalidade:

O princípio dessa analogia é que todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito⁹¹. Fenômenos no tempo se seguem uns aos outros, isto é, que há um estado de coisas em certo tempo enquanto havia o seu contrário no estado precedente, ao se ligar duas diferentes percepções no tempo. Essa ligação é produto de uma faculdade sintética da razão que sentido da sentido a essa síntese no referente à relação de tempo.

As faculdades ligam dois estados de varias formas porque o tempo não pode ser percebido em si mesmo, mas é em relação a ele que se pode determinar no objeto empiricamente o que precede posteriormente o que segue. Pela simples percepção fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem.

Para que esta relação seja conhecida de maneira determinada é preciso que se determine, necessariamente, qual dos dois deve ser anterior e qual posterior.

⁹⁰KrV A 182

⁹¹KrV A 189

Porém, o conceito, que implica uma necessidade de unidade sintética, só pode ser um conceito puro do entendimento, que não se encontra na percepção e é aqui o conceito da relação de causa e efeito, em que a causa determina o efeito no tempo⁹². Consonante ao fato que a apreensão do diverso dos fenômenos é sempre sucessiva. Assim é viável submetemos à lei da causalidade a sucessão dos fenômenos que ocorre no tempo e, por conseguinte, toda a mudança, é que é possível a própria experiência. Kant exemplifica da seguinte forma:

Observo também que, se num fenômeno, que contém um acontecer, designo por A o estado precedente da percepção e por B o seguinte, B só pode suceder a A na apreensão, enquanto a percepção A não pode seguir se a B, mas apenas precedê-la.⁹³

Na sucessão das percepções, a princípio, não havia nenhuma ordem determinada, que impusesse necessidade de por onde devia começar a apreensão para ligar empiricamente o múltiplo. Esta regra encontra-se sempre na percepção do que por ventura acontece e torna necessária a ordem das percepções que se sucedem (na apreensão desse fenômeno), que por vezes não forma essa regra.

Que algo qualquer acontece é uma percepção que pertence a uma experiência possível, e que se torna factual ao passo o fenômeno é determinado no tempo e no espaço, o objeto material pode sempre ser encontrado segundo uma regra no encadeamento das percepções. Esta regra refere algo na sucessão do tempo. Que é no que precede se encontra a condição pela qual se segue sempre o acontecimento, isso de forma necessária. Assim, o princípio da razão suficiente é o fundamento da experiência possível.

3.c) Terceira analogia, Princípio da simultaneidade segundo a lei da ação recíproca ou da comunidade:

O princípio dessa analogia é que todas as substâncias, enquanto susceptíveis de serem percebidas como simultâneas no espaço, estão em ação recíproca universal⁹⁴.

As percepções são simultâneas quando a percepção de uma pode seguir-se à percepção da outra e reciprocamente. A simultaneidade é, pois, a existência do múltiplo no mesmo tempo, mas não no mesmo espaço necessariamente. Não se

⁹²KrV B 234

⁹³KrV A 192

⁹⁴KrV A 211

pode perceber o tempo em si do fato das coisas se situarem no mesmo tempo se tira que as percepções das mesmas se podem seguir reciprocamente.

A síntese da razão na apreensão indicaria apenas acerca de certas percepções que, quando uma está no sujeito, não está a outra e reciprocamente, mas não que os objetos sejam simultâneos. Entretanto há de ter um conceito do entendimento, relativo à sucessão recíproca das determinações das coisas que existem de fato, simultaneamente, umas fora das outras, para poder afirmar-se que tem fundamento no objeto a sucessão recíproca das percepções. A relação das substâncias em que uma contém determinações, cujo fundamento está contido na outra, é a relação de influência; e quando, reciprocamente, esta última relação contém o fundamento das determinações na primeira, é a relação de comunidade ou de ação recíproca. Assim a simultaneidade das substâncias no espaço só pode ser conhecida na experiência pelo pressuposto de uma ação recíproca de umas sobre as outras⁹⁵.

Por exemplo, quando o que determina no tempo o lugar de alguma coisa só pode ser a sua causa ou a das suas determinações. Assim, nesse caso a substância deve conter a causalidade de certas determinações nas outras substâncias e, simultaneamente, os efeitos da causalidade das outras substâncias em si. Em relação aos objetos da experiência, todas as substâncias no fenômeno, na medida em que são simultâneas, têm necessariamente de encontrar-se em universal comunidade de ação recíproca.

4) Postulados do pensamento empírico geral:

Esses postulados serão mostrados tal como faz Kant⁹⁶:

1. O que está de acordo com as condições formais da experiência (quanto à intuição e aos conceitos) é possível.
2. O que concorda com as condições materiais da experiência (da sensação) é real.
3. Aquilo cujo acordo com o real é determinado segundo as condições gerais da experiência é (existe) necessariamente.

⁹⁵KrV B 258

⁹⁶KrV A 218 / B 266

10. Conclusão

Este trabalho tem por objetivo tratar assuntos decorrentes da metafísica kantiana e a própria. Essa finalidade deriva do descontentamento que Kant expressa ao se deparar com a metafísica escolástica, que segundo ele é dogmática. Para tanto, Kant acredita, depois das objeções feitas por Hume, que o modo como se trabalhava a metafísica era pouco filosófico e não compreendia, e nem poderia ter, um fundamento na razão, e portanto, era arbitrário. Diante disso, ele procura uma forma clara de propor a sua metafísica. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant demonstra a sua maneira de pensar em relação à metafísica e defende os seus argumentos com uma exemplar categoria.

Deste modo, para Kant, a metafísica não pode ser fundamentada com elementos da empiria, como argumenta Hume, mas deve sempre conter, em seus fundamentos, relações ou axiomas *a priori*, jamais deixando de explicar tais fundamentos. Apenas seguindo o método proposto é possível alcançar uma metafísica que se consolide como ciência objetivamente válida.

Essa argumentação deve ser necessária, afim de materializar uma validade objetiva; nunca deve, entretanto, limitar-se apenas à forma, semelhante ao trabalho desenvolvido pelos escolásticos. A forma proposta é necessariamente verdade, tendo em vista que o entendimento funciona segundo a lógica, porém é necessário que seja possível preencher de conteúdo a forma trabalhada. Do contrário não seria possível trabalhar com filosofia. Diante disso, Kant sugere, e ainda considera necessária, uma alteração de método para a antiga metafísica. Essa mudança consiste em deslocar-se do método da análise lógica para o método de análise e síntese. O método de análise lógica consiste, em linhas gerais, em analisar argumentos segundo sua forma, guiado pela lógica clássica. Inadequado à reflexão filosófica, do método lógico-matemático – e sua natureza axiomática – não é possível alcançar reflexões filosóficas relevantes e, muito menos, é próprio aplicá-lo à metafísica, como faziam aqueles que Kant ataca. Por outro lado, aqueles que não utilizavam-se desse recurso nas construções incorriam no erro de não apresentar validade objetiva às suas formulações.

Diante disso, Kant percebeu que essa não deveria ser a característica da filosofia propondo uma mudança radical nesse modo de pensar, da mesma forma como ocorreu em outras áreas do conhecimento em algum momento. Pretende,

portanto, realizar uma revolução, assim como o fez Copérnico, no modo de pensar e fazer metafísica e, conseqüentemente, assegurar o caráter de cientificidade desta. Essa revolução pode ser entendida, em grande medida, como uma revolução no método da metafísica ou passagem ao método de análise e síntese.

A mudança do método é o primeiro passo para assegurar a metafísica enquanto ciência. Ainda assim, a metafísica carece de uma fundamentação. Fundamentar a metafísica é uma tarefa que só pode ser realizada *a priori*, e para isso Kant demonstra – e, aqui, não se refere à demonstração matemática – os princípios do entendimento, que, por sua vez, devem ser puros (sem a presença de material empírico). Com efeito, todo entendimento tem que levar em conta o sujeito que entende, e, por isso, Kant ainda demonstra como é a interação mediante síntese entre o humano e o conhecimento é dada.

A síntese, destarte, é passagem de dois conceitos diferentes para um terceiro completamente novo, muito diferente análise que cristaliza um desdobramento de conceitos. Diante disso, a síntese é um ponto chave para a metafísica Kantiana uma vez que a partir de sínteses *a priori* e, conseqüentemente, necessárias é possível chegar a conclusões necessária, igualmente como ditam as leis da lógica clássica. Então o problema kantiano clássico: “como são possíveis juízos sintéticos a priori”, conjugado à mudança de método, são a chave para se entender como é possível a metafísica como uma ciência legítima. A fim de responder a questão dos juízos e, por conseguinte, a da metafísica é necessário desenvolver uma serie de questões que perpassam a Crítica da Razão Pura para, por fim, defender a metafísica enquanto ciência.

Bibliografia

- CALABRIA, Olavo P. **Elementos fundamentais da Analítica Transcendental de Kant**. 2003. Tese (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. 157 p.
- CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. xlii, 353 p.
- FICHANT, Michel. "**Espaço Estético e Espaço Geométrico em Kant**". In: *Analytica*, volume 4, 2: 1999, pp.11-32
- HINTIKKA, Jaakko; REMES, Unto. **The method of analysis: its geometrical origin and its general significance**. Springer, 1974.
- HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**; Ensaio morais, políticos e literários. São Paulo, SP: Nova Cultural, c1996. 352 p.
- KANT, Immanuel,. **Prolegomenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. 219 p
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 680 p
- LOPARIC, Zeljko. **Semântica transcendental de kant(a)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 326p. (Colecao cle, 29)
- WOOD, Allen W. **Kant**. Tradução Delamar José Volpato Dutra. – Porto Alegre : Artmed, 2008. 232p.